

Santos Brasil Participações S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021 e 2020**



Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Santos Brasil Participações S.A. (“Santos Brasil”) (Código B3: STBP3) relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas IFRS e nas normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Mensagem da Administração

Em 2021, a Santos Brasil entregou mais uma importante etapa de sua jornada. Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, nos últimos dois anos, a evolução da Companhia continuou a passos largos, resultado de uma ampla transformação na gestão dos negócios e fortalecimento de suas vantagens competitivas, sempre pautada pelo crescimento sustentável. Em 2021, a Santos Brasil avançou em frentes importantes: lançando uma nova unidade de negócio no segmento portuário de graneis líquidos, que já inicia com 190.000 m³ de capacidade; concluindo a primeira fase do projeto de expansão e modernização do Tecon Santos, que garante mais capacidade e produtividade ao transporte de carga containerizada no Porto de Santos; e, ainda, pactuando uma série de renegociações contratuais bem-sucedidas, preponderantes para reposicionar os resultados e a geração de caixa da Companhia, compatibilizando-os à excelência operacional e aos compromissos de investimento da empresa.

Fundamentos sólidos, uma gestão ágil e responsável e uma governança de alto padrão vêm permitindo à Santos Brasil se manter como um dos principais *players* de infraestrutura e logística da América do Sul, em que pese o contexto macroeconômico local e global, além dos gargalos logísticos marítimos e terrestres que o comércio internacional enfrenta. Em 2021, as operações portuárias e logísticas da Companhia foram impulsionadas pelos maiores volumes movimentados e um mix de carga balanceado, com destaque para as importações de bens de consumo, insumos industriais, componentes automotivos, produtos químicos, farmacêuticos entre outros. No Brasil e no mundo, o consumo de bens continuou em franca recuperação, também apoiado por auxílios sociais governamentais. Por sua vez, as exportações de commodities contribuíram para o ritmo acelerado nas movimentações de contêineres nos terminais da Santos Brasil. A demanda por logística se intensificou e, não fossem os gargalos nos transportes marítimo e terrestre globalmente, agravados pelas restrições de mão-de-obra devidas à variante Ômicron, esperar-se-ia até mesmo volumes superiores aos números reportados em 2021. A receita líquida consolidada da Santos Brasil totalizou R\$ 1,5 bilhão em 2021, um aumento de 65% em relação a 2020 e 58% superior a 2019, ano que não teve os efeitos da pandemia. A geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA, somou R\$ 564 milhões em 2021, 166% maior que 2020 e 155% superior a 2019. Em base recorrente, o EBITDA atingiu aproximadamente R\$579 milhões em 2021 (+180% vs. 2020 e +161% vs. 2019), em linha com o valor máximo do Guidance projetado. Em 2021, a Companhia investiu R\$ 240 milhões na expansão e modernização de seus ativos, distribuiu R\$ 161 milhões em dividendos, que ainda serão somados aos R\$ 97 milhões em JCP a serem pagos em 10/05/2022, e finalizou o exercício social com uma posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1,1 bilhão, que serão direcionados à expansão de seus negócios e à remuneração do capital de seus acionistas.

A estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Santos Brasil é uma prioridade. Em 2022, a Companhia deverá iniciar as operações de dois terminais de líquidos no Porto de Itaquí – IQI03 e IQI11 – adquiridos nos leilões realizados pelo Ministério da Infraestrutura em abril de 2021, e começará a investir na construção do terceiro terminal arrematado – IQI 12 –, também em Itaquí, um projeto *greenfield* com início das operações previsto para 2026. A Companhia segue focada na prospecção e análise de oportunidades de investimento, principalmente M&A (fusões e aquisições). Os pilares dessa estratégia são ativos portuários em segmentos de crescimento sustentável e duradouro – e.g. graneis sólidos e líquidos, além do próprio contêiner -, bem como ativos de logística integrados ao sistema portuário, onde o posicionamento (*business footprint*) da Companhia lhe confere vantagens competitivas. Quanto à alocação de caixa nos ativos atuais, o destaque é a segunda fase do projeto de expansão e modernização do Tecon



Santos, que já está em curso e tem previsão de investimentos no montante aproximado de R\$ 250 milhões em 2022, além do início do CapEx dos terminais de graneis líquidos no Porto de Itaqui/MA. A primeira fase, que contou com a aquisição de equipamentos e a construção de um novo berço de atracação (além do aprofundamento do cais), foi concluída em 2021, elevando a capacidade do Tecon Santos de 2,0 milhões para 2,4 milhões TEUs. A próxima etapa de investimentos, em 2022 e 2023, aumentará a capacidade do terminal para 2,6 milhões TEUs. A correspondente expansão, além do alto retorno esperado, reforça o compromisso da Santos Brasil em garantir que o Porto de Santos continue provendo infraestrutura e um elevado nível de serviço aos seus usuários, viabilizando um crescimento acelerado no comércio exterior brasileiro e no transporte doméstico de cargas containerizadas.

As ações da Santos Brasil (ticker: STBP3) passaram a compor, em janeiro de 2022, três índices da B3 – IBrX100, ICO2 e IGPTW –, chancelando o compromisso da Companhia em fornecer um bom ambiente de trabalho aos seus funcionários(as) e a constante preocupação com o meio ambiente, pela reconhecida redução das emissões de gases de efeito estufa, uso e reuso racional de água e destinação adequada de resíduos. O desenvolvimento contínuo da Santos Brasil busca construir bases sólidas e os processos necessários para garantir a sustentabilidade dos seus negócios, o que também inclui importantes ações e investimentos em capital humano. Foram inúmeros os avanços e processos efetuados nos últimos anos.

A Santos Brasil

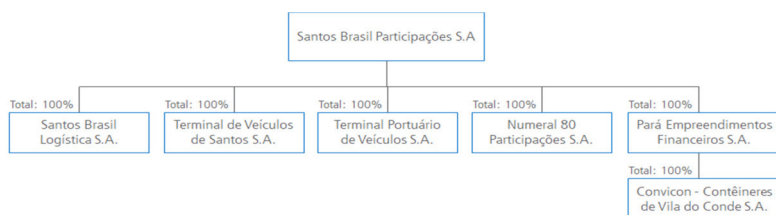
Fundada em 1997, a Santos Brasil é líder na operação portuária de contêineres no mercado brasileiro, sendo responsável por aproximadamente 17% dos contêineres movimentados nos portos do País¹. Possui presença em Portos Organizados localizados nas regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste, com nove terminais arrendados: (i) três terminais de contêiner – Tecon Santos, no Porto de Santos/SP, Tecon Imbituba, no Porto de Imbituba/SC e Tecon Vila do Conde, no Porto de Vila do Conde/PA; (ii) um terminal de veículos (TEV), no Porto de Santos/SP; (iii) dois terminais de carga geral – TCG Imbituba, no Porto de Imbituba/SC e TCG Saboó, no Porto de Santos/SP; e (iv) três terminais de líquidos no Porto de Itaqui/MA, arrematados em leilões promovidos pelo Ministério da Infraestrutura em abril de 2021 e ainda em fase pré-operacional. Através da Santos Brasil Logística (SBLog), empresa de logística integrada do grupo, a Companhia ainda possui dois recintos alfandegados retro portuários (Centro Logístico Industrial e Aduaneiro – CLIA), instalados em Santos e no Guarujá/SP, além de operar dois Centros de Distribuição no Estado de São Paulo (CD São Bernardo do Campo e CD Imigrantes) e uma frota própria de aproximadamente 135 caminhões.

A Companhia atua em praticamente todas as etapas da cadeia logística, desde o embarque e descarga de contêineres e cargas gerais dos navios, até a movimentação, armazenagem, transporte e distribuição das cargas, conectando as etapas que compõem a cadeia de suprimentos de seus clientes e oferecendo soluções logísticas integradas e customizadas.

A Santos Brasil presta serviços às companhias de navegação (armadores), operadoras dos navios e dos contêineres, e aos embarcadores (donos da carga), dentre eles importadores e exportadores, que atuam em múltiplos segmentos, com destaque para o automotivo, químico, petroquímico, farmacêutico, alimentício, eletroeletrônicos, bens de consumo, agronegócio, entre outros.

A Companhia não realizou fusões, aquisições ou cisões em 2021 e, atualmente, possui investimentos em sociedades controladas, conforme o organograma a seguir:

Estrutura societária



¹ Anuário ANTAQ, considerando o ano completo de 2021.



Participação	2021	2020
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	100%	100%
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100%	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100%	100%
Numeral 80 Participações S.A.	100%	100%
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	100%	100%
Controladas indiretas:		
Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A.	100%	100%

Os quadros a seguir representam a variação dos investimentos. A Pará Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.

Participação	2021	2020
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	148,9	132,5
Terminal de Veículos de Santos S.A.	174,8	162,7
Terminal Portuário de Veículos S.A.	0,5	0,0
Numeral 80 Participações S.A.	0,8	0,2
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	113,4	109,0
Total	438,4	404,4
Controladas indiretas:		
Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A.	112,6	108,2

Contexto de mercado

A Balança Comercial brasileira registrou superávit de US\$ 61,2 bilhões em 2021, aumento de 21,5% em relação a 2020, segundo dados do Ministério da Economia. As exportações totalizaram US\$ 281 bilhões, aumento de 34,2% na comparação anual, enquanto as importações somaram US\$ 219 bilhões, crescimento de 38,2% em relação a 2020. Com efeito, em 2021, a soma das exportações e importações apresentou crescimento de 35,9% frente a 2020, desempenho que reflete a recuperação progressiva do comércio global passada a fase mais aguda da pandemia da Covid-19.

O Porto de Santos, principal porto brasileiro e cuja dinâmica é mais diretamente correlacionada ao comércio exterior do País, apresentou crescimento de 10,0% na movimentação de contêineres em 2021, de acordo com a Santos Port Authority (SPA). As importações registraram alta de 31,6%, na comparação anual, reflexo da retomada da atividade industrial e do alto patamar do consumo de bens e mercadorias no Brasil e nos mercados globais, enquanto as exportações apresentaram aumento de 22,2%, em 2021. O volume de contêineres movimentados por cabotagem apresentou alta de 1,0% em 2021, em relação a 2020.

A movimentação de contêineres no Tecon Imbituba, essencialmente representada pela navegação costeira, registrou crescimento de 4,6% em 2021, reflexo do aumento no transporte doméstico via cabotagem de cargas como arroz, cerâmica, madeira e outras commodities. Já o Tecon Vila do Conde apresentou alta de 8,0% na movimentação de contêineres, com altas nos volumes de longo curso e cabotagem, com destaque para as exportações de commodities agrícolas e minerais, como carne congelada, frutas, caulim, manganês entre outras. De acordo com os dados publicados pela ANTAQ², o Porto de Itaquí teve crescimento de 49,0% em 2021 na movimentação de Granéis Líquidos e Gasosos, com altas anuais de 53,8% e 43,8% nos fluxos de Longo Curso e Cabotagem, respectivamente.

² Anuário ANTAQ, considerando o ano completo de 2021.



Em 2021, a produção brasileira de veículos cresceu 11,6% em relação a 2020, segundo dados da ANFAVEA³. A produção de veículos é um indicador importante para a movimentação de contêineres importados no Porto de Santos em função do abastecimento de peças e componentes às montadoras instaladas no País. Em relação às exportações de veículos, houve alta de 16,0% em 2021, com a recuperação dos embarques para a Argentina, principal mercado comprador de veículos leves do Brasil. Vale notar que, como resultado, o volume de 2021 do TEV (Terminal de Veículos) apresentou crescimento de 32,3%, sendo que as exportações registraram alta de 35,3% na comparação anual. Em 2021, a taxa de ocupação⁴ do TEV aumentou para 68% (vs. 51% em 2020).

Estratégia e modelo de negócio

A Santos Brasil é um operador de terminais independente, que busca maximizar o retorno de seus ativos, promover a competitividade de todo e qualquer cliente e conduzir os seus negócios pautando-se em cinco pilares principais: (i) excelência na prestação de serviços e na experiência de seus clientes; (ii) investimento em capital humano e experiência do funcionário(a); (iii) sustentabilidade ambiental; (iv) segurança administrativa e operacional; e (v) ética e transparência. Esses alicerces asseguram um elevado padrão ESG⁵, inclusive governança corporativa, alta produtividade, inovação, disciplina na alocação de capital e na gestão de riscos.

A estratégia da Companhia passa pela construção de um portfólio de ativos portuários e logísticos com vantagens competitivas identificáveis, estrategicamente localizados e difíceis de replicar, que exigem expertise operacional, administrativa e regulatória, bem como demandam solidez financeira para executar os investimentos contratados. O Tecon Santos é um bom exemplo desse modelo de negócio, onde a Companhia já aplicou R\$ 5,6 bilhões (corrigidos por IGP-M) ao longo de 25 anos (cujo total deverá alcançar aproximadamente R\$ 7 bilhões até 2031), constituindo-se no maior e mais importante terminal de contêineres do Brasil, instalado no principal porto nacional.

Os mercados de interesse são aqueles de crescimento longo e duradouro, sem grandes riscos de interrupção durante o ciclo de operação dos ativos e, preferencialmente, que se beneficiem de correlação positiva com indústrias de crescimento sustentado no país de atuação, a exemplo do agronegócio brasileiro (granéis sólidos e líquidos) e da cadeia de consumo de bens duráveis e não duráveis e insumos para a produção, essencialmente transportados e movimentados via contêineres⁶.

Perspectivas e oportunidades

A evolução do setor portuário brasileiro ganhou impulso nos últimos cinco anos, a partir de um arcabouço regulatório mais moderno e flexível (e.g. Decreto 9.048/2017 e Portaria MINFRA 513/2019), que trouxe maior segurança jurídica aos participantes do mercado e propiciou o destravamento de investimentos. Some-se a isso uma ampla agenda de leilões de terminais portuários, tanto de projetos *greenfield*, quanto de *brownfield*, que culminou com a transferência, em 2021, de 12 terminais portuários à iniciativa privada e o compromisso de R\$ 1,65 bilhão em investimentos. Além disso, busca-se promover a desestatização das autoridades portuárias brasileiras, o que, se feito da maneira adequada, sem risco à segurança jurídica dos atuais contratos, poderá significar um novo marco na gestão dos portos brasileiros e no aprimoramento dos serviços prestados aos seus usuários (e.g. dragagem), inclusive aos arrendatários de instalações portuárias, a exemplo da Santos Brasil.

Nesse contexto, a Companhia entende que as oportunidades de investimento em seus atuais ativos propiciam retornos condizentes ao capital aplicado (e risco incorrido), ao passo que criam outras avenidas de crescimento com retornos atraentes. Em 2021, por exemplo, a empresa iniciou uma nova unidade de negócios, i.e. granéis líquidos, a

³ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

⁴ Cálculo sobre a capacidade de 300 mil veículos/ano.

⁵ Sigla para Environmental, Social and Corporate Governance (Meio-Ambiente, Social e Governança Corporativa).

⁶ Estima-se que 60% de todos os bens comercializados no mundo sejam transportados através de contêineres, de acordo com a OCDE.



partir da aquisição de três terminais leiloados pelo Ministério da Infraestrutura, cujos terminais *brownfield* devem iniciar operação em 2022 e o terceiro, *greenfield*, em 2026.

Outrossim, dentre os ativos atualmente operacionais, a Companhia investiu R\$ 14,9 milhões no Tecon Vila do Conde e R\$ 169,2 milhões no Tecon Santos, no ano de 2021.

A Companhia continuará os investimentos orgânicos na expansão e modernização dos ativos atuais, principalmente no Tecon Santos, que terá sua capacidade ampliada para cerca de 3,0 milhões TEUs nos próximos anos. A expansão do Tecon Santos, em curso, atenderá à demanda futura do Porto de Santos, com maior produtividade, eficiência e sustentabilidade. Com o término das obras de expansão e reforço do cais do TEV/Tecon Santos em 2021, que adicionam 400 mil TEUs à capacidade atual de 2,0 milhões TEUs, iniciam-se, em 2022, investimentos em expansão e modernização voltados, principalmente, na retro área do terminal, que deverão levar a capacidade do terminal de 2,4 milhões TEUs em 2022 para 2,6 milhões de TEUs até 2024.

A Santos Brasil renovou, em 2021, os contratos de arrendamento transitórios das duas instalações portuárias localizadas na região do Saboó, na margem direita do Porto de Santos, que somam mais de 100 mil m². Os terminais são dedicados à movimentação de cargas de projeto e carga geral como, por exemplo, geradores de energia, pás eólicas, lingotes de alumínio, celulose etc. Os contratos possuem duração de 180 dias e poderão ser renovados pela autoridade portuária por prazo indeterminado.

No Tecon Vila do Conde, os investimentos realizados entre 2018 e 2021 expandiram a infraestrutura do terminal, com a aquisição de novos equipamentos de cais e pátio, aumentando a capacidade de movimentação e armazenagem de contêineres em, aproximadamente 50%, para 217 mil TEUs ao ano. Mais recentemente, os investimentos se voltaram na automação de *gates*, na implantação de sistemas de tecnologia e na modernização das instalações de apoio. O Tecon Vila do Conde deverá continuar crescendo em 2022, com as exportações de *commodities* minerais e agropecuárias da região Norte do País em franca expansão. O crescente fluxo de cabotagem, que realiza o transporte de cargas entre o Norte e o Sudeste/Sul do País através da navegação costeira, também deverá continuar crescendo ao longo dos próximos anos, tendo a BR do Mar como alavanca adicional.

Nas operações do Tecon Imbituba, a Companhia seguirá em busca de novos serviços, com perspectiva de manutenção do atual serviço de cabotagem e, possivelmente, aproveitar a oportunidade de aumento de volume de carga transportada via esse modal após a aprovação da BR do Mar, Projeto de Lei que tem como objetivo o aumento de oferta de navios para cabotagem. Além disso, o Tecon Imbituba está apto a receber os navios Post Panamax, com 366 metros de LOA (comprimento), cuja vinda para a costa brasileira deverá ocorrer em breve, o que poderá impulsionar as operações de longo curso no terminal. No Terminal de Carga Geral de Imbituba, os embarques de celulose e *commodities* alimentícias para exportação devem continuar contribuindo para o desempenho da operação do Sul, além da prospecção de outras cargas, e.g. cargas de projeto e granéis sólidos.

No TEV (Terminal de Veículos), as exportações de veículos para o mercado argentino apresentaram recuperação e cresceram no ano de 2021. O destaque também se deu na importação e exportação de veículos pesados, como máquinas agrícolas, equipamentos para construção civil, ônibus e caminhões, que tiveram um forte desempenho em 2021. As boas perspectivas para o agronegócio e o setor de construção civil devem continuar impulsionando o mix de veículos pesados no TEV em 2022.

Nas operações de logística integrada da SBLog, a alta significativa nos volumes de importação no Porto Santos foi a principal alavanca de resultados em 2021, permitindo também um aumento no escopo dos serviços logísticos prestados. Além disso, a SBLog começou a colher os frutos da reestruturação que passou nos últimos anos. Em 2021, houve uma ampla renegociação de contratos, com crescimento no ticket médio que elevou as margens operacionais da unidade de negócio.

Por fim, a Santos Brasil encerrou o exercício de 2021 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1,1 bilhão. Em 2022, a Companhia continuará avaliando oportunidades de investimento, inclusive M&A (fusões e aquisições), aderentes ao plano estratégico de longo prazo, que visa a expansão e equilíbrio de seu portfólio de ativos portuários e logísticos, seguindo o modelo de negócio mencionado.



Desempenho econômico-financeiro

Desempenho operacional

Consolidado	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Cais (contêineres)	1.301.435	1.078.992	20,6%
Contêineres cheios	1.007.391	807.288	24,8%
Contêineres vazios	294.044	271.704	8,2%
Armazenagem (contêineres)	161.639	127.607	26,7%
Cais - carga geral (t)	370.147	281.422	31,5%
LOGÍSTICA			
Armazenagem (contêineres)	70.067	46.513	50,6%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Veículos movimentados	203.146	153.511	32,3%
Exportação	181.884	134.251	35,5%
Importação	21.262	19.260	10,4%

Operações Portuárias	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Tecon Santos	1.149.987	937.424	22,7%
Contêineres cheios	921.576	723.232	27,4%
Contêineres vazios	228.411	214.192	6,6%
Carga Geral (t)	-	-	-
Tecon Imbituba	43.581	41.678	4,6%
Contêineres cheios	27.363	25.508	7,3%
Contêineres vazios	16.218	16.170	0,3%
Carga Geral (t) ¹	370.147	281.344	31,6%
Tecon Vila do Conde	107.867	99.890	8,0%
Contêineres cheios	58.452	58.548	-0,2%
Contêineres vazios	49.415	41.342	19,5%
Carga Geral (t)	-	78	-100,0%

¹ Terminal de Carga Geral (TCG) de Imbituba.

Terminais Portuários

Em 2021, a movimentação nos Terminais Portuários somou 1.301.435 contêineres, o que representa alta de 20,6% na comparação com o ano de 2020. Em 2021, a movimentação de contêineres cheios totalizou 1.007.391 unidades e, portanto, responderam por 77,4% da movimentação consolidada, importante melhora em relação a 2020, quando o mix foi de 74,8%. Em 2021, o crescimento dos volumes de contêiner movimentados nos terminais da Santos Brasil seguiu a gradual retomada da atividade industrial, o forte consumo doméstico de bens e as elevadas exportações de commodities para o mundo.

Em 2021, o fluxo de contêineres movimentados nos três terminais portuários referentes ao comércio entre Brasil e Rússia/Ucrânia foi de 12.927 unidades (importação + exportação + contêineres vazios), representando 0,99% do volume consolidado das operações de cais no ano.

O **Tecon Santos** registrou 1.149.987 contêineres movimentados em 2021, aumento de 22,7% na comparação com 2020, impulsionado (i) pelas importações (+36,0% YoY), reflexo da reposição de estoques na indústria e no varejo e do consumo doméstico, principalmente nos setores automobilístico, químico, farmacêutico e de bens de consumo, e (ii) pelo bom ritmo das exportações (+18,2% YoY), dado que as *commodities* agrícolas embarcadas pelo Brasil, parcela mais representativa da exportação, são produtos de consumo essencial. Em 2021, o Tecon Santos operou cerca de



dois terços das escalas extras do Porto de Santos. Como o crescimento do Tecon Santos superou o do Porto de Santos⁷, que foi de 10,0% em 2021, o *market share* do Tecon Santos subiu para 39,7% no ano, comparado aos 35,6% registrados em 2020.

Em relação ao mix, a movimentação de contêineres cheios cresceu 27,4% em 2021 em relação a 2020, com participação de 80,1% na movimentação total (vs. 77,2% em 2020), enquanto o volume de contêineres vazios teve alta de 6,6% na comparação anual. Vale notar que o terminal movimentou 299.470 contêineres cheios de importação em 2021 (+43,5% em relação a 2020) e 213.005 unidades cheias de exportação (+10,3% na comparação anual).

Já o **Tecon Imbituba** movimentou 43.581 contêineres em 2021, aumento de 4,6% na comparação anual, resultado do crescimento de 5,3% no volume de cabotagem, com destaque para a movimentação de contêineres cheios, cujo crescimento foi de 8,5% em relação a 2020. No **TCG Imbituba**, o volume de carga geral movimentado em 2021 totalizou 370.147 toneladas, alta de 31,6% em relação a 2020, com destaque para os embarques de celulose, descargas de *big bags* com produtos químicos, embarques de *commodities* alimentícias e desembarques de equipamentos, como pás eólicas.

Finalmente, o **Tecon Vila do Conde** registrou 107.867 contêineres movimentados em 2021, o que representa aumento de 8,0% na comparação com 2020, resultado (i) da alta de 6,7% nas exportações, com destaque para o embarque de *commodities* minerais, como manganês e caulim, e de carne congelada, e (ii) do crescimento de 24,3% nos volumes de cabotagem, ainda que mais concentrado na movimentação de contêineres vazios, que registrou aumento de 19,5% em 2021, enquanto a movimentação de unidades cheias permaneceu estável na comparação anual.

Logística

Em 2021, as operações de armazenagem da Santos Brasil Logística somaram 70.067 contêineres, aumento de 50,6% em relação a 2020, resultado do crescimento das importações no Porto de Santos. Ressalta-se que os CLIA's da SBLog armazenam contêineres importados pelo Tecon Santos e captados de outros terminais santistas. Vale destacar a evolução do CLIA Guarujá, que foi capaz de suportar a operação do Tecon Santos, armazenando contêineres de importação, e oferecer serviços logísticos adicionais a seus clientes, aumentando o *ticket médio* dessa unidade de negócio. Para a SBLog, o reaquecimento da atividade industrial em 2021 teve impactos positivos nos serviços de armazenagem alfandegada e na prestação de diversos serviços integrados à cadeia de suprimentos dos clientes, como operações de entreposto aduaneiro, *cross-docking*, gestão de estoque, distribuição e transporte, operações conhecidas pela sigla 3PL (*Third-Party Logistics*).

Terminal de Veículos

Em 2021, o TEV movimentou 203.146 veículos, crescimento de 32,3% em relação a 2020, com alta de 35,5% nas exportações, reflexo da recuperação dos embarques de veículos leves para a Argentina, e aumento de 10,4% nas importações. Em relação ao mix, os veículos leves foram responsáveis por 89,0% da movimentação (vs. 91,7% em 2020), enquanto observou-se crescimento na participação de veículos pesados, que passou de 8,3% em 2020 para 11,0% em 2021, com destaque para equipamentos de linha verde (agronegócio) e linha amarela (construção civil).

⁷ Segundo dados publicados pela Santos Port Authority.



Desempenho financeiro

Receita Bruta dos Serviços

R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS	1.333,2	770,3	73,1%
Operações de cais	760,3	404	88,2%
Operações de armazenagem	572,9	366,3	56,4%
LOGÍSTICA	357,0	277,6	28,6%
TERMINAL DE VEÍCULOS	88,9	50,1	77,4%
Eliminações	-10,7	-11	-2,7%
CONSOLIDADO	1.768,4	1.087,0	62,7%

Em 2021, a Receita Bruta da Santos Brasil somou R\$ 1,76 bilhão, um aumento de 62,7% na comparação com 2020, com crescimento em todas as unidades de negócios.

Em relação aos Terminais Portuários, a receita de operações de cais cresceu 88,2% em 2021, principalmente, devido (i) ao aumento nos volumes dos três terminais de contêineres; (ii) às renegociações contratuais com armadores, com destaque para o Tecon Santos; e (iii) ao melhor mix de contêineres cheios de importação no Tecon Santos. A receita de armazenagem apresentou alta de 56,4% em 2021, em relação a 2020, reflexo do crescimento das importações no Porto de Santos e do maior ticket médio por contêiner armazenado. Em 2021, o Tecon Vila do Conde teve receita extraordinária no montante de R\$ 10,4 milhões com a locação de um guindaste MHC para outro operador portuário no Porto de Vila do Conde.

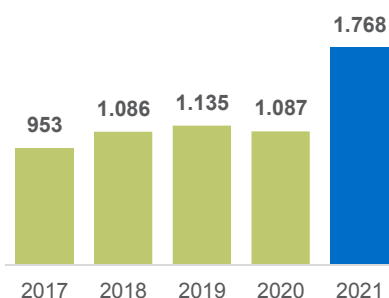
A SBLog apresentou aumento de 28,6% na Receita Bruta de 2021, resultado: (i) do maior volume de contêineres armazenados, que acompanhou o forte ritmo das importações no Porto de Santos; (ii) do crescimento do ticket-médio, reflexo da ampla renegociação de contratos e do melhor mix de serviços; e (iii) da maior representatividade de serviços logísticos integrados, principalmente no modelo 3PL (*Third-Party Logistics*), prestados nos Centros de Distribuição e nas operações *in-house*. A Receita Bruta do TEV foi 77,4% superior em 2021, impulsionada pela forte movimentação de veículos no ano, além da maior participação de veículos pesados no mix.

Receita Líquida dos Serviços

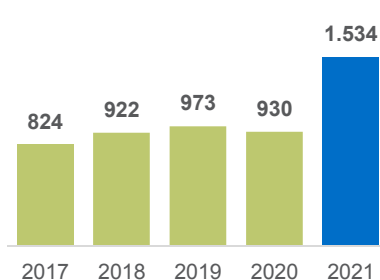
R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS	1.169,5	670,9	74,3%
Operações de cais	685,6	359,8	90,6%
Operações de armazenagem	483,8	311,1	55,5%
LOGÍSTICA	299,1	226	32,3%
TERMINAL DE VEÍCULOS	75,4	42,6	77,0%
Eliminações	-9,7	-9,9	-2,0%
CONSOLIDADO	1.534,3	929,6	65,0%

Em 2021, a Receita Líquida da Companhia somou R\$ 1,53 bilhão, crescimento de 65,0% em relação a 2020.

Evolução da Receita Bruta (R\$ milhões)



Evolução da Receita Líquida (R\$ milhões)





Custo Operacionais

R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Custos com movimentação	124,0	81,1	52,9%
Combustíveis, lubrificantes e energia elétrica	49,9	31,9	56,4%
Mão de obra avulsa	46,0	23,7	94,1%
Outros custos com movimentação	28,0	25,5	9,8%
Custos com pessoal	289,7	234,6	23,5%
Manutenção	52,9	36,5	44,9%
Depreciação e amortização	147,9	115,7	27,8%
Outros custos	78,9	59,4	32,8%
Total	693,4	527,2	31,5%
LOGÍSTICA			
Custos com movimentação	75,7	58,1	30,3%
Combustíveis, lubrificantes e energia elétrica	10,1	8,0	26,3%
Fretes	40,7	34,6	17,6%
Outros custos com movimentação	25,0	15,4	62,3%
Custos com pessoal	57,1	54,6	4,6%
Serviços Terceirizados	20,2	6,7	201,5%
Depreciação e amortização	16,4	16,7	-1,8%
Outros custos	26,5	22,1	19,9%
Total	196,0	158,2	23,9%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Custos com movimentação	18,6	12,7	46,5%
Depreciação e amortização	18,6	16,1	15,5%
Outros custos	5,1	4,3	18,6%
Total	42,2	33,1	27,5%
Eliminações	-9,7	-9,9	-2,0%
CONSOLIDADO	921,9	708,6	30,1%

Em 2021, os custos operacionais totalizaram R\$ 921,9 milhões, alta de 30,1% em relação a 2020, porém inferior ao crescimento de 65,0% da receita líquida consolidada. Em 2021, a Companhia incorreu em custos não recorrentes que somaram R\$ 18,9 milhões, referente ao pagamento de despesas retroativas com o OGMO Santos⁸ que estavam sob discussão judicial e baixa de materiais de estoque obsoletos.

Os **Terminais Portuários** somaram R\$ 693,4 milhões em custos, alta de 31,5% na comparação anual, com destaque para custos com movimentação, cujo crescimento de 52,9% é explicado (i) pelo crescimento dos volumes, (ii) pelos maiores gastos com mão-de-obra avulsa, resultado dos maiores volumes e, principalmente, do impacto não recorrente de R\$ 18,6 milhões referente ao pagamento de despesas retroativas com o OGMO Santos que estavam sob discussão judicial e (iii) pela acentuada alta nos custos de combustíveis, lubrificantes e energia elétrica. Em relação ao crescimento anual de 23,5% em custos com pessoal, destaca-se o aumento no quadro de funcionários(as), principalmente na operação do Tecon Santos, que readequou o número de ternos no 1º semestre de 2021 para atender aos maiores volumes no ano e reduzir o trabalho via horas extras, além dos maiores gastos em salários e participação dos funcionários(as) nos resultados. A alta de 27,8% no custo de depreciação e amortização se deveu à maior amortização do direito de exploração dos contratos de arrendamento dos terminais portuários. Por fim, registrou-se crescimento de 44,9% nos custos com manutenção e de 32,8% em outros custos, com destaque para maiores gastos com TI e outras despesas e serviços gerais.

⁸ Vide Processo 22 do item 4.3 do Formulário de Referência



Na **SBLog**, o crescimento de 23,9% nos custos operacionais se deveu (i) ao aumento de 30,3% nos custos variáveis, fruto dos maiores gastos com fretes, combustíveis, lubrificantes e manutenção de veículos, frente ao crescimento dos volumes observado no ano, (ii) ao crescimento de 4,6% nos custos com pessoal, aumento marginal explicado pela terceirização dos motoristas de caminhão nas operações de transporte rodoviário, realizada no início de 2021, e (iii) ao crescimento de 201,5% YoY nos gastos com serviços terceirizados, decorrente desta mesma reestruturação. Na linha de outros custos, houve aumento de 19,9% YoY, com maiores gastos com aluguéis, TI e despesas gerais.

O **TEV** registrou alta de 27,5% nos custos operacionais em 2021, reflexo do maior volume de movimentação de veículos.

Despesas Operacionais

R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Vendas	62,5	38,3	63,2%
Gerais e administrativas	40,7	11,7	247,9%
Depreciação e amortização	0,3	0,2	50,0%
Total	103,5	50,2	106,2%
LOGÍSTICA			
Vendas	75,1	63,4	18,5%
Gerais e administrativas	7,5	5,1	47,1%
Depreciação e amortização	0,1	0,1	0,0%
Total	82,7	68,6	20,6%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Vendas	3,4	2,5	36,0%
Gerais e administrativas	1,3	0,9	44,4%
Depreciação e amortização	0,0	0,0	-
Total	4,7	3,4	38,2%
CORPORATIVO			
Gerais e administrativas	40,9	35,7	14,6%
Depreciação e amortização	3,9	3,6	8,3%
Total	44,8	39,3	14,0%
CONSOLIDADO	235,7	161,5	45,9%

Em 2021, as despesas operacionais totalizaram R\$ 235,7 milhões, alta de 45,9% vs. 2020. Houve o impacto negativo não recorrente de R\$ 9,3 milhões referente à reorganização dos funcionários (motoristas) das operações de Transporte Rodoviário da SBLog, gastos com consultoria, baixa por venda de equipamentos e reversão de depósito judicial.

No ano, os **Terminais Portuários** registraram aumento de 106,2% nas despesas operacionais, com destaque para (i) despesas com vendas (+63,2% YoY), com maior provisão para devedores duvidosos (PDD) e maiores gastos com pessoal devido à maior participação de funcionários(as) nos resultados, (ii) despesas gerais e administrativas (+247,9%), dentre as quais se destacam maiores gastos com pessoal, resultado da maior participação de funcionários(as) nos resultados.

A **SBLog** registrou aumento de 20,6% nas despesas operacionais, resultado da alta de 18,5% nas despesas com vendas, fruto de maiores gastos com comissões comerciais, e de 47,1% nas despesas gerais e administrativas, dentre as quais se destacam os maiores gastos com pessoal, especialmente com processos e indenizações trabalhistas e incremento em salários e participação de funcionários(as) nos resultados.

Já o **TEV** apresentou crescimento de 38,2% nas despesas operacionais em relação a 2020, fruto da alta nas comissões comerciais, que acompanhou o ritmo da movimentação de 2021.

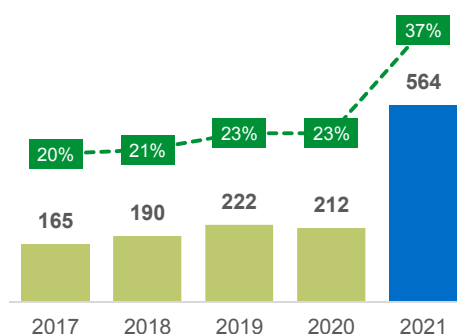


As despesas corporativas apresentaram crescimento de 14,0% em 2021 na comparação anual, com destaque para maior provisão para remuneração variável.

EBITDA e Margem EBITDA

R\$ milhões	2021	Margem (%)	2020	Margem (%)	Δ (%)
Terminais Portuários	520,9	44,5%	209,3	31,2%	148,9%
Logística	37,0	12,4%	16,0	7,1%	131,3%
Terminal de Veículos	47,0	62,3%	22,2	52,2%	111,7%
Corporativo	-40,9	0,0%	-35,7	0,0%	14,6%
CONSOLIDADO	564,0	36,8%	211,9	22,8%	166,2%
<i>Itens não recorrentes</i>	14,5	-	-5,6	-	-
CONSOLIDADO RECORRENTE	578,5	37,7%	206,3	22,2%	180,4%

Evolução do EBITDA (R\$ milhões) e margem EBITDA (%)



Como resultado do desempenho operacional e financeiro, a Santos Brasil registrou EBITDA de R\$ 564,0 milhões em 2021, aumento de 166,2% YoY em relação a 2020, com margem EBITDA de 36,8%, salto expressivo em relação à margem EBITDA 2020, então de 22,8%. Em 2021, o EBITDA da Companhia decorre do crescimento do volume, da melhora no mix de carga, das renegociações contratuais - com elevação no ticket médio em todas as linhas de negócio -, e do controle de custos e despesas, em que pese o impacto inflacionário em itens relevantes como mão de obra, combustíveis e energia elétrica.

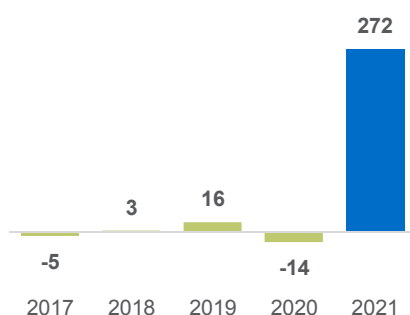
Em base recorrente, o EBITDA somou R\$ 578,5 milhões em 2021, com margem de 37,7%. Os itens extraordinários, não recorrentes, tiveram um efeito negativo líquido de R\$ 14,5 milhões, representados por: (i) R\$ 18,6 milhões de custo com o OGMO (Órgão Gestor de Mão de Obra), referente ao pagamento de despesas retroativas com o OGMO Santos que estavam sob discussão judicial, (ii) custos e despesas no total de R\$3,5 milhões, referentes a indenizações trabalhistas na SBLog, que terceirizou o quadro de motoristas das operações de Transporte Rodoviário no 1T21, (iii) R\$3,7 milhões em gastos com consultoria de projetos, (iv) R\$ 1,7 milhão de custos e despesas com baixa de veículos vendidos e materiais de almoxarifado e equipamentos obsoletos, (v) receita líquida de R\$ 10,4 milhões, gerada pela locação de um guindaste MHC para um operador portuário do Porto de Vila do Conde, (vi) R\$ 2,2 milhões de crédito de PIS/COFINS na SBLog, e (v) R\$ 0,6 milhão de receita com a venda de veículos e equipamentos e recuperação de INSS.



Resultado Líquido

R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
EBITDA	564,0	211,9	166,2%
Depreciação e Amortização	187,2	152,4	22,8%
EBIT	376,8	59,5	533,3%
Resultado Financeiro	-17,1	-77,2	-77,8%
Receitas Financeiras	59,3	10,5	464,8%
Despesas Financeiras	-70,3	-79,1	-11,1%
Juros de dívida/debêntures	-8,4	-13,9	-39,6%
Arrendamento mercantil e aluguel	-56,2	-55,7	0,9%
Outras despesas financeiras	-5,8	-9,5	-38,9%
Variações monetárias e cambiais	-6,0	-8,6	-30,2%
IRPJ / CSLL	-88,0	3,9	-2.356,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido	271,7	-13,8	2.068,8%

Evolução do Lucro Líquido (R\$ milhões)



Em 2021, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 271,7 milhões, revertendo o Prejuízo Líquido de R\$ 13,8 milhões registrado em 2020.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, incidirão sobre o Lucro Líquido as seguintes deduções ou acréscimos, de forma decrescente e na seguinte ordem:

1. 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;
2. Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
3. Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
4. 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
5. A parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei nº 6.404/76, (ii) reforço de capital de giro, e podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.



Dívida e Disponibilidades

R\$ milhões	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Δ (%)
Curto Prazo	Nacional	65,6	48,3	35,8%
	Estrangeira	5,0	5,1	-2,0%
Longo Prazo	Nacional	315,4	367,6	-14,2%
	Estrangeira	7,2	12,2	-41,0%
Endividamento Total		393,2	433,2	-9,2%
Caixa e aplicações financeiras		1.064,6	1.070,5	-0,6%
Dívida Líquida		-671,4	-637,3	5,4%
Dívida Líquida / EBITDA proforma UDM¹		-1,59x	-6,36x	

¹ Últimos doze meses;

A Companhia encerrou 2021 com caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 1.064,6 e, após desconto da dívida bruta, caixa líquido de R\$ 671,4 milhões, o que representa o índice de alavancagem de 1,59x, calculado através da relação entre dívida líquida e EBITDA proforma dos últimos 12 meses.

Investimentos

R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS	228,7	215,9	5,9%
Tecon Santos	169,2	203,4	-16,8%
Tecon Imbituba	1,5	0,1	1.400,0%
Tecon Vila do Conde	14,9	12,0	24,2%
Terminal do Saboó	-	0,4	-75,0%
Terminais de Líquidos	43,0	0,0	-
LOGÍSTICA	10,5	7,8	34,6%
TERMINAL DE VEÍCULOS	0,6	0,0	-
CORPORATIVO	-	-	-
INVESTIMENTO BRUTO	239,8	223,7	7,2%
Baixas de ativo Imobilizado/Intangível	-30,9	-54,5	43,3%
INVESTIMENTO LÍQUIDO	208,9	169,2	23,5%

Em 2021, a Santos Brasil investiu R\$ 239,8 milhões, sendo 95,4% do total alocado nos Terminais Portuários. O Tecon Santos respondeu por R\$ 169,2 milhões do total investido, referentes às contrapartidas da prorrogação antecipada do arrendamento do terminal, com destaque para as obras de expansão, aprofundamento e adequação da infraestrutura do cais para o recebimento de navios maiores, da classe New Panamax, com 366 metros de LOA (comprimento). Em novembro/2021, a Santos Brasil inaugurou 220 metros adicionais de cais e se tornou o único terminal de contêineres da América do Sul com capacidade para operar simultaneamente três navios New Panamax. A expansão representa a adição de 400 mil TEU de capacidade, para 2,4 milhões TEU. O novo berço deverá estar apto a receber navios no 1º semestre de 2022, após a conclusão da dragagem e a obtenção das homologações e licenças necessárias.

No Tecon Vila do Conde, foram investidos R\$ 14,9 milhões em edificações de apoio, compra de semirreboques, implantação de sistema de monitoramento de pátio e automação e na readequação do sistema de drenagem dos pátios para os altos níveis pluviométricos da região Norte, Capex que também se refere à renovação antecipada do terminal.

No Tecon Imbituba, R\$ 1,5 milhão foi investido na manutenção de equipamentos e da infraestrutura. Em relação aos Terminais de Líquidos, foram investidos R\$ 43,0 milhões, essencialmente para o pagamento de 25% do montante total das outorgas dos ativos. O pagamento dos 75% restantes será dividido em cinco parcelas anuais, com início em 2022.



Na SBLog, foram investidos R\$ 10,5 milhões em 2021, na aquisição de caminhões para ampliação da frota, em sistema de TI e em melhorias nas estruturas administrativas. No TEV, foram investidos R\$ 0,6 milhão em manutenção da infraestrutura do terminal.

Mercado de capitais

Governança corporativa

A Santos Brasil tem o compromisso de constantemente aperfeiçoar suas práticas de Governança Corporativa e seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos, funcionários(as) e com os demais envolvidos em seus negócios. Após 10 anos listada no Nível 2 da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia concluiu, em agosto de 2016, a migração para o Novo Mercado, segmento com os padrões mais elevados de Governança Corporativa da B3, que resultou na extinção do acordo de acionistas que vigorava até o momento e transformando todas as ações preferenciais em ordinárias, que dão direito ao voto aos(às) acionistas, vigorando a prática *one share, one vote* (“uma ação, um voto”).

Para garantir a transparência e segurança na divulgação de informações, a Companhia adota um conjunto de critérios, seguindo as normas da CVM, que estabelecem regras para a publicação e manutenção de sigilo sobre informações relevantes.

Atualmente, o Conselho de Administração, mais alto órgão na tomada de decisões e de Governança Corporativa da Companhia, é composto por 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, sendo que nenhum membro do Conselho integra a diretoria da Companhia. Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições, deliberar sobre quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos(às) acionistas e às partes relacionadas.

A estrutura de Governança Corporativa também contempla a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal (permanente, independente e autônomo), modelo que permite a execução da gestão da Companhia e sua respectiva fiscalização. Além disso, a Companhia conta com Comitê de *Compliance*, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de M&A.

A Diretoria Estatutária exerce, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, a gestão dos negócios e atualmente é composta pelo: (i) Diretor-Presidente, (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, (iii) Diretor Comercial e (iv) Diretor de Operações, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Diretor-Presidente acumula o cargo de Diretor de Operações. O Estatuto Social da Companhia veda a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor(a)-Presidente, de modo que os referidos cargos não sejam exercidos pelo(a) principal executivo(a) da Companhia.

Em relação ao Conselho Fiscal, é composto atualmente por 3 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes. O Conselho possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia, e é responsável por fiscalizar os atos dos(as) Administradores(as) e o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, verificar a qualidade e integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia e examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social.

A Companhia, seus(suas) acionistas, administradores(as) e Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Novo Mercado, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.



O Comitê de *Compliance* também possui caráter permanente e é composto pela Diretoria Estatutária e pelo Diretor de Gente & Gestão. Compete ao Comitê de *Compliance*: (i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes do Código de Conduta, políticas, normas e regulamentos da Santos Brasil por seus(suas) funcionários(as), consultores(as), administradores(as), conselheiros(as) e parceiros(as) de negócios, (ii) definir e gerir os indicadores de desempenho do Programa de *Compliance*, (iii) avaliar os controles internos e os riscos do negócio, adotando, sempre que necessário, medidas de aprimoramento do Programa de *Compliance*, das políticas, normas e regulamentos da Companhia, dentre outras ações necessárias, (iv) analisar e deliberar sobre as denúncias recebidas por meio do Portal Confidencial, bem como sobre alterações ou melhorias procedimentais relativas às reclamações e sugestões recebidas pelo Portal Confidencial, (v) deliberar sobre potenciais questões envolvendo conflito de interesses, brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade, interações com agentes públicos, bem como qualquer outro tema afim, (vi) informar o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê e do Programa de *Compliance*, sempre que necessário ou relevante para o cumprimento de sua finalidade, (vii) revisar e aprovar normativos, quando aplicáveis e (viii) analisar os casos omissos.

O Comitê de Sustentabilidade é presidido pelo Diretor-Presidente da Companhia e é composto por uma equipe multidisciplinar. O Comitê tem como principais atribuições a validação de estratégias e o desenvolvimento do Relatório de Sustentabilidade, além de acompanhar indicadores definidos e apoiar a aplicação da Política de Sustentabilidade em todas as unidades de negócio.

Melhores Práticas

Além de signatária do Pacto Global da ONU desde 2013, a Companhia é comprometida com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também estabelecidos pela ONU, que envolvem as esferas ambiental, econômica e social e que devem ser atingidos até 2030. A Santos Brasil contribui para o alcance desses objetivos, fundamentando sua estratégia quatro pilares: (i) saúde e segurança, (ii) redução das emissões de CO₂, do consumo de água e promoção da gestão de resíduos, (iii) transparência e práticas anticorrupção e (iv) desenvolvimento humano.

São mantidas políticas formais que norteiam as operações e condutas, como a Política de *Compliance*, estabelecidas para reforçar o compromisso da Companhia com os mais elevados padrões de ética e integridade no desenvolvimento das atividades.

A Política de *Compliance* contempla a Política de Direitos Humanos, em vigor desde 2017, com diretrizes de respeito, promoção e preservação dos direitos essenciais nos relacionamentos com clientes, funcionários, fornecedores e terceiros. Complementa essa estrutura o Comitê de *Compliance*, que possui regimento interno próprio. A Companhia também possui um canal para recebimento de denúncias, administrado por uma empresa independente, chamado Portal Confidencial. O canal está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e acessível por telefone e por mensagem eletrônica aos públicos interno e externo da Santos Brasil. O processo de apuração das denúncias é realizado pela área de *Compliance* da Companhia, sendo submetida, no final do procedimento de investigação, à deliberação final do Comitê de *Compliance*. Em 2021, o canal registrou 424 demandas, das quais 304 foram denúncias, 83 reclamações, 20 sugestões, 7 dúvidas e 10 comunicações de conflitos de interesse.

A Política de Sustentabilidade, outro instrumento que respalda os relacionamentos da Companhia e o trato com o meio ambiente, tem como objetivos, dentre outros, assegurar que as práticas de Governança Corporativa sejam transparentes e justas, incrementar cada vez mais a responsabilidade ambiental da Santos Brasil, evitando impactos negativos das operações, e atuar em benefício da comunidade e da sociedade. Para o cumprimento desses propósitos, o Comitê de Sustentabilidade é responsável pela definição de metas socioambientais e pelo monitoramento das iniciativas para reduzir acidentes, emissões de CO₂, geração de resíduos, consumo de água e energia elétrica.



Inovação e Tecnologia

Em linha com o caráter inovador da Santos Brasil, diversas tecnologias foram desenvolvidas e implementadas nas operações da Companhia em 2021. Em maio, foi lançado, para todas as unidades, o aplicativo “Caminho Ágil”, que proporciona aos(as) motoristas visibilidade total de suas viagens e permite que seja traçada a melhor rota para chegar aos terminais, com o horário de início da viagem e previsão de chegada. O aplicativo permite, inclusive, que a área de operações da Santos Brasil realize a programação de qual quadra o contêiner em trânsito será armazenado, ou será retirado para carregamento. O aplicativo contribui para uma maior eficiência das operações.

Foi também lançado em 2021 o pagamento via Pix para os terminais de contêineres e para a Logística e a plataforma “Integra Aqui”, espaço no website institucional que agrega documentações, como averbações, cálculos, posicionamentos, NFs de Transporte, com o objetivo de integrar os clientes ao sistema da Santos Brasil.

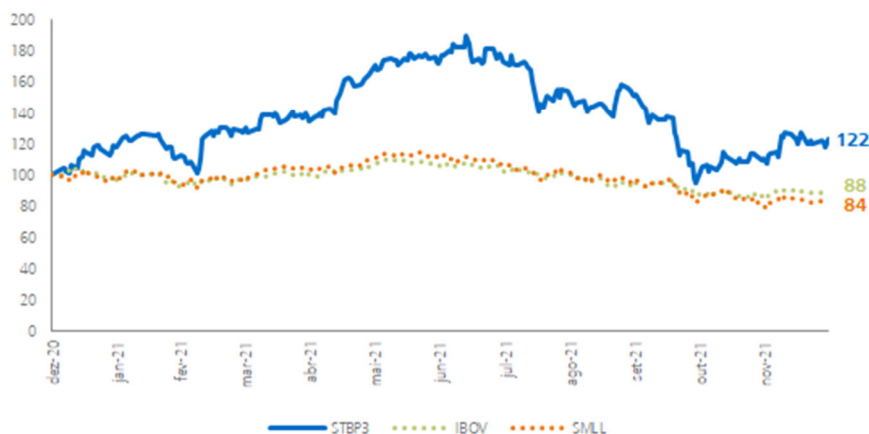
Internamente, em 2021 foi implantada a nova versão do SAP, o 4Hana, e o módulo da manutenção PM. Iniciou-se a troca para o novo TOS (*Terminal Operating System*) no Tecon Santos e Tecon Vila do Conde e a troca do TMS (*Terminal Management System*) para a Logística. Nesse ano, foi criada a aplicação *Berth Window*, integrada a API desenvolvida por uma *startup*, que fornece dados de previsão altamente precisos para restrições relacionadas às condições climáticas e oceânicas, além da implantação do Zendesk, novo CRM para atendimento dos clientes da Santos Brasil.

Evolução das ações

As ações da Santos Brasil valorizaram 22,5% em 2021, encerrando o ano com a cotação de R\$ 6,43, superando o desempenho do Índice Ibovespa (IBOV), que registrou queda de 11,9%, e do Índice *Small Caps* (SMLL), cuja queda foi de 16,2% no ano. A Companhia encerrou 2021 com valor de mercado de R\$ 5,5 bilhões. As ações foram negociadas com volume financeiro médio diário (ADTV) de R\$ 41,9 milhões (vs. R\$ 23,1 milhões registrados em 2020).

As ações da Santos Brasil passaram a integrar três novos índices da B3: IBRX 100 e ICO2, na carteira quadrimestral de janeiro a abril de 2022, e o recém-lançado índice IGPTW B3, da família ESG, que reúne as empresas que possuem as melhores práticas no mercado de trabalho, certificadas pela consultoria global GPTW (*Great Place to Work*).

Evolução das ações da Santos Brasil (STBP3) em 2021 (base 100 = 31/12/2020)



Direito dos acionistas

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia concluiu a migração para o Novo Mercado, segmento com os mais elevados padrões de Governança Corporativa da B3. As ações da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente na forma de ações ordinárias (ON), garantindo-se para cada ação o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, restando vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. O Capítulo II do Estatuto Social da Companhia trata do Capital Social e Ações, de sua divisão e respectivos direitos, sem prejuízo de outros mecanismos de proteção previstos em disposições estatutárias específicas.



Auditoria independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. e das suas controladas são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o(a) auditor(a) não deve (i) auditar o seu próprio trabalho, (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente, condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Desempenho social

Capital humano

No fim de 2021, a Santos Brasil contava com 2.931 funcionários(as) localizados em diversas regiões do Brasil.

A Companhia continuou buscando melhorias e atualizações no ambiente de trabalho e na relação com os(as) funcionários(as) através de diversas ações baseadas na pesquisa GPTW (*Great Place to Work*) e outros canais de comunicação, como o programa de *mindfulness*, modelo de trabalho híbrido (presencial e remoto), criação do grupo de embaixadores(as) de ambiente, pesquisa de satisfação com os serviços internos, novos sistemas de gestão, novos escritórios em São Paulo e na Baixada Santista, entre outros.

Na plataforma de desenvolvimento e carreira, o “Carreira em Foco”, novos treinamentos foram disponibilizados, somando (i) mais de 90 conteúdos, desde treinamentos legais e obrigatórios até cursos sobre liderança e o que representa a presença da Companhia na Bolsa de Valores, (ii) 17 comunidades de funcionários(as) criadas para troca de conhecimento, (iii) mais de 2.800 funcionários(as) ativos(as) e (iv) 101.517 horas de treinamento na plataforma em 2021.

Pensando no crescimento futuro, a Santos Brasil contratou duas turmas de estagiários(as), sendo uma específica para a área de Tecnologia, totalizando 32 pessoas.

Como mencionado no relatório anterior, foi implantado em 2021, na frente de Gestão de Desempenho, o “Ciclo de Evolução” como forma de gerir o desenvolvimento profissional dos(as) funcionários(as) da Santos Brasil. O “Ciclo de Evolução” busca consolidar a cultura de meritocracia, reconhecimento por entregas e do “como” essas entregas são feitas. O programa contempla a definição de metas individuais e coletivas, acompanhamento mensal das metas, *feedbacks* constantes e planejados, plano de desenvolvimento individual, avaliação 360º e um calendário para revisão salarial e movimentos de carreira.

A nova maneira de gerir o desenvolvimento de todos(as) proporcionou uma visão mais ampla dos talentos que permitiu o maior aproveitamento interno, sendo que 49% das vagas em posições de liderança foram preenchidas com funcionários(as) da empresa.

O plano de remuneração da Companhia tem como principal diretriz a meritocracia e está pautado em informações de mercado obtidas através de pesquisas salariais. A evolução de carreira e dos rendimentos fixos, bem como a apuração dos resultados do Plano de Participação nos Resultados (PPR), baseiam-se no “Ciclo de Evolução” mencionado anteriormente e abrange as avaliações individuais ou coletivas de metas.



Diversidade, equidade e inclusão fazem parte da estratégia e da cultura da Santos Brasil, que busca cada vez mais praticá-los, haja vista sua importância para a Companhia e, principalmente, à sociedade. Diante disso, projetos referentes à Cultura e Diversidade foram iniciados em 2021, como o diagnóstico de cultura que contemplou todas as unidades, o censo de diversidade com todos os funcionários e a palestra sobre este mesmo tema para todas as lideranças da empresa, e serão concluídos em 2022.

Dados sobre o quadro de funcionários(as) da Santos Brasil

	2021	2020
Número de funcionários	2.931	2.824
Turnover	11,40%	4,42%
São Paulo	11,58%	3,94%
Pará	11,85%	9,27%
Santa Catarina	7,02%	1,34%
Investimento em treinamentos⁹	-	-
Fundo de seguridade	Previdência Privada¹⁰	Previdência Privada¹⁰
Outros planos sociais	-	-
Nível educacional		
Ensino Fundamental incompleto	47	43
Ensino Fundamental completo	172	169
Ensino Médio incompleto	46	55
Ensino Médio completo	1.739	1.752
Técnico incompleto	6	6
Técnico completo	172	159
Superior incompleto	100	59
Superior completo	536	506
Pós-graduação	109	73
Mestrado	4	2

Segurança

A Santos Brasil investe continuamente em segurança, um de seus valores corporativos. Em 2021, foi dada continuidade à campanha 'Zero Acidente', que tem como principal objetivo reforçar a importância da segurança no ambiente de trabalho e, principalmente, disseminar a cultura de prevenção de riscos e acidentes. Prova do sucesso dessa iniciativa são os últimos resultados: mil dias sem acidentes no Tecon Imbituba, 800 dias sem acidentes no Tecon Vila do Conde, e redução, em mais de 70%, das taxas de frequência e gravidade no Tecon Santos.

Os cuidados com a segurança se estendem às cargas que as unidades da Companhia movimentam. Como exemplo, o Centro de Distribuição está dotado de detectores de fumaça, sprinkler, instalações elétricas à prova de explosão, sistemas de calhas interligados ao tanque de contenção, sistemas de alarme e de espuma para líquidos inflamáveis e brigada de incêndio, entre outros equipamentos necessários ao atendimento de excelência aos clientes.

Desenvolvimento Socioambiental

A Santos Brasil atua sob valores sólidos, voltados para torná-la referência nos mercados em que está inserida, a partir de serviços eficazes, ágeis e seguros, que respeitam o meio ambiente, os indivíduos e as comunidades.

Tendo como guia a Política de Sustentabilidade da Companhia, elaborada nos padrões ESG (*Environmental, Social and Governance*), a empresa realiza programas e projetos corporativos de sustentabilidade por meio da administração de

⁹ A Companhia utiliza o modelo de aprendizagem 70/20/10, isto é: 70% é aprendido *on the job*, 20% através de troca de experiência e 10% por meio de cursos

¹⁰ Benefício abrange funcionários do Tecon Santos



investimentos, estabelecimento de parcerias com *stakeholders*, implementação de estratégias, gestão, monitoramento e controle nos âmbitos social, ambiental e econômico.

Para alinhar esses objetivos, entender o status dos índices estabelecidos e discutir novas metas, a área promove o Comitê de Sustentabilidade, de forma trimestral, envolvendo diretores e gerentes; e as reuniões dos grupos de trabalho com reuniões mensais cujos participantes são gerentes e coordenadores de todas as unidades da empresa, além das equipes de SSMA e Infraestrutura.

Emissões

Em 2021, as emissões totalizaram 34.269 toneladas de CO₂e, um aumento de 2% (kgCO₂/TEU) em relação a 2020. Em intensidade de emissões, as operações da Companhia registraram 13,76 kgCO₂e/TEU em 2021, estável em relação ao exercício anterior.

Mesmo com pequeno aumento das emissões atmosféricas, pode se dizer que os resultados do ano foram positivos, levando em consideração o atual cenário nacional, com a crise hídrica provocando um aumento de 60% no fator de emissões de energia elétrica.

Água

A atenção à crise hídrica está refletida em iniciativas como a implementação de sistema IoT – Telemetria em hidrômetros, que permite o acompanhamento on-line e em tempo real do consumo de água, possibilitando verificação de possíveis vazamentos ou consumos excessivos de forma diligente.

A Santos Brasil investe também em outros projetos e ações para a redução no consumo e a reutilização deste recurso, como captação de água da chuva e Estação de Tratamento de Efluentes com geração de água para reuso.

Os reflexos dessas iniciativas aparecem nos indicadores de consumo de água, que apresentam diminuição de 14% (m³/ per capita) de 2020 para 2021.

Resíduos

Dos resíduos sólidos gerados nas unidades da Companhia em 2021, 83% foram recicláveis (vs. 77,0% em 2020). Entretanto, a Companhia continuou investindo em educação ambiental e soluções para melhorar essa gestão, como o biodigestor de resíduos orgânicos gerados no refeitório do Tecon Santos. O equipamento funciona decompondo o material orgânico e o transforma em água industrial, que é encaminhada para nossa estação de tratamento para se tornar água de reuso. Antes dessa melhoria, esse mesmo resíduo era enviado para aterros sanitários.

Outra iniciativa foi a campanha Chega de Plástico, iniciada em novembro com a adoção de canecas e *squeezes* feitos de material durável, presenteadas para os(as) funcionários(as) e a retirada de copos plásticos das unidades com o objetivo de reduzir o consumo deste material na Companhia e de conscientizar sobre a nocividade dele para o meio ambiente. Em apenas um mês de campanha, foi registrada a redução de 94% no uso de copos plásticos em toda a Companhia.

Comunidades

O Programa 'Formare Aprendiz' é um dos exemplos de iniciativas adotadas para agregar valor dentro e fora do ambiente de trabalho. Pioneira no setor portuário, a iniciativa oferece curso profissionalizante a jovens de 18 e 19 anos provenientes de famílias em situação de desvantagem econômica e social, residentes no Guarujá, que estejam cursando o 3º ano do Ensino Médio ou que tenham concluído o curso nas escolas públicas do município.

Em 2021, o programa prosseguiu com o Ensino à Distância, com a contribuição de educadores voluntários, integrantes do Sou Voluntário, iniciativa que há 14 anos estimula o engajamento dos(as) funcionários(as) em ações sociais promovidas pela Companhia. No último ano, foram mais de 100 voluntários envolvidos e, ao longo de onze anos de Formare no Tecon Santos, mais de 500 pessoas compartilharam seu tempo, talento e conhecimento para atuar na formação de jovens, ministrando aulas práticas e teóricas.



Desde sua criação, em parceria com o Instituto lochpe, em 2009, o Formare gerou números relevantes: 291 jovens formados, 106 deles contratados pela Santos Brasil e 1,8 mil horas de aulas ministradas pelos(as) funcionários(as) da Companhia. Muitos desses foram aprendizes contratados pela Santos Brasil retornam à sala de aula para desempenhar o papel de educadores(as) voluntários(as) para as novas gerações de alunos(as) do programa.

Adicionalmente, destacam-se outras importantes ações: a Santos Brasil retomou a parceria firmada em 2010 com o Programa 'Na Mão Certa', pacto empresarial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras, ministrado pela Childhood, organização internacional fundada pela rainha Silva da Suécia; e deu continuidade aos 12 anos de apoio à Casa da Esperança, instituição de habilitação/reabilitação de crianças e adolescentes com deficiências físicas, intelectuais e sensoriais, na cidade de Santos.

Em 2021, por meio de Leis de Incentivo federal e municipais, a Companhia também apoiou 11 projetos sociais com foco em educação e esportes, beneficiando cerca de 19.600 pessoas nas comunidades dos entornos de suas unidades pelo país.

Em parceria com outros três terminais do Porto de Santos, a ação 'Contêiner do Bem' foi realizada em 2021 pela terceira vez e contou com a arrecadação de mais de 2,2 mil brinquedos para diversas instituições localizadas na Baixada Santista. Nas demais unidades da Santos Brasil, também foram arrecadados brinquedos para doações.

Em paralelo a estas ações, a Companhia apoia, no Guarujá, o Instituto Novos Sonhos, responsável pelo atendimento de cerca de 100 crianças e adolescentes da comunidade Aldeia, vizinha ao Terminal de Veículos (TEV) e integrante do complexo de favelas do porto. O projeto oferece aulas de jiu-jitsu e promove ações de inclusão social para as famílias dos(as) jovens atendidos na comunidade. A parceria também engloba outras iniciativas, como eventos socioculturais, patrocínio dos alunos do projeto em campeonatos regionais de jiu-jitsu e oficinas diversas com foco nas mulheres da comunidade e em desenvolvimento humano.

A Santos Brasil seguiu com ações para o enfrentamento da Covid-19 voltadas para as comunidades do entorno de suas unidades em 2021: foram 750 cestas básicas nas cidades de Santos, Guarujá, Imbituba e Barcarena; compra de EPIs para o hospital Santo Amaro no Guarujá e de ultrafreezer para laboratório, com 800 litros de capacidade, para a central de vacinas da cidade de Guarujá (SP); e deu apoio logístico para transportar cestas básicas da cidade de Caieras, no interior de São Paulo, para a sede do Fundo Social de Solidariedade, em Santos, no litoral paulista.

São Paulo, 09 de março de 2022.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Santos Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas tem, substancialmente, receitas de serviços proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre à medida que a Companhia e suas controladas prestam o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A cada fechamento contábil, a Companhia e suas controladas estimam e registram as receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios definidos que levam em consideração os últimos anos de faturamento, multiplicados pela receita diária (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 19.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores ou ser reconhecida na competência incorreta.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas; (ii) execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (iii) por meio de seleção de amostras de determinados navios atracados antes de 31 de dezembro de 2021, efetuamos a confirmação de que os referidos navios estavam ainda atracados na data do encerramento do exercício; (iv) comparamos o valor médio da receita diária utilizada na estimativa calculada pela Companhia com o valor médio da receita faturada de uma amostra de notas fiscais emitidas subsequentemente em 2022 e relacionadas aos serviços prestados para esses navios; (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes, em especial, a divulgação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas com relação ao reconhecimento e corte de receita.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem valores relativos à imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia e suas controladoras fundamentam a recuperabilidade dos tributos diferidos através de projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) comportamento dos custos e despesas; (iii) taxa de desconto, entre outros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. Para elaborar as projeções de lucros futuros, a Companhia e suas controladas adotam premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do processo de elaboração das projeções de fluxos de caixa. Com o apoio de nossos especialistas internos, avaliamos a razoabilidade da metodologia aplicada e das premissas significativas operacionais e financeiras utilizadas, comparando-as (i) com previsões econômicas e setoriais disponíveis, (ii) com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração e (iii) com projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Também testamos a precisão matemática dos cálculos e dados dessas principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. Efetuamos análise de sensibilidade, recalculando as projeções a partir de diferentes intervalos e cenários das principais premissas. Adicionalmente, para os tributos diferidos ativos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias, com as escriturações fiscais correspondentes. Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos da própria Companhia para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para a determinação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas controladas registram valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio (goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração da Companhia. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou indeterminável, que não estão sujeitos à amortização, são testados com relação à redução ao valor recuperável (impairment) pela Administração no mínimo anualmente. Além da relevância do saldo, os modelos e premissas utilizados nos testes de recuperabilidade dos ágios e de outros ativos intangíveis requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas. Dentre as premissas utilizadas, podemos citar principalmente os fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio, foram alocados, disponibilizados pela Companhia e suas controladas; (ii) avaliação da razoabilidade da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável; (iii) com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos a taxa de desconto e principais premissas econômicas aplicadas às UGCs, utilizadas pela Companhia e suas controladas na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Como resultado destes procedimentos, foram identificadas ausências de determinadas divulgações requeridas na nota explicativa 12, a qual não foi complementada em decorrência da irrelevância de tais informações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria realizados sobre o teste de valor recuperável, consideramos que as premissas e critérios relacionados aos testes são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais constituídas pela Companhia decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, e/ou adquiridos como parte de combinações de negócios realizadas no passado. Estas provisões são constituídas pela Companhia e suas controladas para fazer face às perdas prováveis em assuntos relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível ou remota.

Algumas leis e regulamentos no Brasil têm graus de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes relativos aos processos e/ou, em certos casos, aderência às leis e regulamentos requerem julgamento profissional por parte da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos.

Em função da relevância dos valores envolvidos e do julgamento para classificação dos processos e dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) indagação aos responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram os principais assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas; (ii) efetuamos confirmação do prognóstico de perda e valores processuais junto aos advogados externos da Companhia e confrontamos com os controles do departamento Jurídico interno da Companhia para certificarmos sobre a existência, valorização e integridade dos dados constantes nestes controles, bem como atualização dessas confirmações; (iii) com o apoio de nossos especialistas da área jurídica, efetuamos avaliação da classificação do prognóstico de perda para causas controversas; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoáveis os níveis de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se

as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Vanessa Aparecida Santos
Contadora CRC - SP-256324/O-3

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020			31.12.2021	31.12.2020		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a)	609.317	460.346	823.340	643.861	Empréstimos e financiamentos	13	20.091	40.142	25.710	45.864
Aplicações financeiras	5.b)	241.296	426.598	241.296	426.598	Debêntures	14	38.924	2.191	44.869	7.556
Contas a receber	6	150.596	89.899	209.989	130.883	Fornecedores		64.395	39.076	100.125	67.822
Estoques	7	19.711	20.570	24.391	24.293	Salários e obrigações sociais		55.749	34.398	67.757	43.531
Ativo fiscal corrente	9	18.484	828	22.249	4.588	Impostos, taxas e contribuições		24.974	9.716	33.695	15.334
Dividendos a receber	4.a)	13.359	6.120	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	2.434	3.086	3.387
Outros ativos		8.435	6.056	12.954	8.893	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		111.140	18	111.140	18
Total dos ativos circulantes		<u>1.061.198</u>	<u>1.010.417</u>	<u>1.334.219</u>	<u>1.239.116</u>	Obrigações com poder concedente	16	153.839	96.142	165.110	104.239
						Arrendamento mercantil	17	394	536	11.271	8.587
						Outros passivos		46	46	47	48
						Total dos passivos circulantes		<u>469.552</u>	<u>224.699</u>	<u>562.810</u>	<u>296.386</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos judiciais	15	310.014	295.734	318.521	304.284	Empréstimos e financiamentos	13	-	20.000	7.397	32.955
Ativo fiscal diferido	24.b)	63.590	71.128	70.255	81.744	Debêntures	14	264.573	296.185	315.259	346.819
Precatórios a receber	8	-	-	6.543	5.896	Fornecedores	15.(f)	15.021	15.021	15.021	15.021
Outros ativos		24.054	21.584	27.026	24.407	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	33.715	34.352	43.223	41.708
Investimentos	10	437.147	404.677	-	-	Passivo fiscal diferido	24.b)	-	-	10.957	7.312
Ativo imobilizado	11	91.103	92.549	264.292	234.135	Passivos atuariais - assistência médica complementar	26	23.430	58.197	31.416	76.494
Ativo intangível	12	2.365.087	1.996.621	2.731.461	2.339.682	Impostos sobre faturamento TRA	15.(c)	63.991	57.836	63.991	57.836
Total dos ativos não circulantes		<u>3.290.995</u>	<u>2.882.293</u>	<u>3.418.098</u>	<u>2.990.148</u>	Obrigações com poder concedente	16	1.293.357	1.087.476	1.450.656	1.217.857
						Arrendamento mercantil	17	1.326	1.734	57.816	33.770
						Outros passivos		-	-	6.543	5.896
						Total dos passivos não circulantes		<u>1.695.413</u>	<u>1.570.801</u>	<u>2.002.279</u>	<u>1.835.668</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	18.a)	1.873.906	1.871.895	1.873.906	1.871.895
						Reserva de capital	18.b)	62.655	58.170	62.655	58.170
						Reserva de lucros	18.c)	207.683	192.548	207.683	192.548
						Dividendos adicionais propostos	18.d)	33.958	-	33.958	-
						Ajuste de avaliação patrimonial	18.e)	9.026	(25.403)	9.026	(25.403)
						Total do patrimônio líquido		<u>2.187.228</u>	<u>2.097.210</u>	<u>2.187.228</u>	<u>2.097.210</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>4.352.193</u>	<u>3.892.710</u>	<u>4.752.317</u>	<u>4.229.264</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.352.193</u>	<u>3.892.710</u>	<u>4.752.317</u>	<u>4.229.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA LÍQUIDA	19	1.036.505	550.881	1.534.229	929.563
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(612.803)	(457.949)	(921.869)	(708.612)
LUCRO BRUTO		<u>423.702</u>	<u>92.932</u>	<u>612.360</u>	<u>220.951</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	20	(37.924)	(22.704)	(117.534)	(89.698)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	20	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
Despesas gerais e administrativas	20	(87.534)	(71.137)	(105.472)	(84.268)
Equivalência patrimonial	10	56.126	23.590	-	-
Outras receitas operacionais	21	9.259	24.363	14.086	29.763
Outras despesas operacionais	21	(2.460)	(1.870)	(3.185)	(2.767)
Total		<u>(85.108)</u>	<u>(62.545)</u>	<u>(235.607)</u>	<u>(161.420)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>338.594</u>	<u>30.387</u>	<u>376.753</u>	<u>59.531</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	50.283	6.636	61.431	11.445
Despesas financeiras	22	(56.587)	(67.367)	(78.500)	(88.639)
Total do resultado financeiro		<u>(6.304)</u>	<u>(60.731)</u>	<u>(17.069)</u>	<u>(77.194)</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>332.290</u>	<u>(30.344)</u>	<u>359.684</u>	<u>(17.663)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24.a)	(66.622)	(3.017)	(90.554)	(12.836)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24.a)	6.064	19.600	2.602	16.738
Total do imposto de renda e da contribuição social		<u>(60.558)</u>	<u>16.583</u>	<u>(87.952)</u>	<u>3.902</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>271.732</u>	<u>(13.761)</u>	<u>271.732</u>	<u>(13.761)</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$ Ordinária	25	<u>0,31517</u>	<u>0,02309</u>	<u>0,31517</u>	<u>(0,01909)</u>
(PREJUÍZO) / DILUÍDO POR AÇÃO - R\$ Ordinária	25	<u>0,31399</u>	<u>0,02296</u>	<u>0,31399</u>	<u>(0,01903)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	<u>explicativa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		271.732	(13.761)	271.732	(13.761)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Assistência médica complementar	26	40.006	(901)	52.165	(1.636)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perda - assistência médica complementar	26	(13.602)	306	(17.736)	556
Equivalência sobre assistência médica complementar	26	<u>8.025</u>	<u>(485)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total assistência médica complementar	26	34.429	(1.080)	34.429	(1.080)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>306.161</u>	<u>(14.841)</u>	<u>306.161</u>	<u>(14.841)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado									
		Reserva de capital			Reserva de lucros						
		Capital social	Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	Outras	Legal	Investimento	Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS REAPRESENTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.081.907	67.378	17.080	55.364	153.849	(6.904)	8.033	-	(24.323)	1.352.384
Aumento de Capital Social - RCA 24/09/20		789.988	-	-	-	-	-	-	-	-	789.988
Custo na emissão de novas ações		-	-	(24.753)	-	-	-	-	-	-	(24.753)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	(8.033)	-	-	(8.033)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(13.761)	-	(13.761)
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas	26	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.080)	(1.080)
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	23	-	225	-	-	-	-	-	-	-	225
Opção exercida	23	-	-	-	-	-	4.000	-	-	-	4.000
Destinação do resultado:											
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	18.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	18.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e expansão	18.c)	-	-	-	-	(13.761)	-	-	13.761	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	-	-	(1.760)	-	-	-	-	-	-	(1.760)
Custos na recompra de ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.871.895	67.603	(9.433)	55.364	140.088	(2.904)	-	-	(25.403)	2.097.210
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	271.732	-	271.732
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas	26	-	-	-	-	-	-	-	-	34.429	34.429
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	23	-	4.522	-	-	-	-	-	-	-	4.522
Opção exercida	18.c)	2.011	-	-	-	-	1.548	-	-	-	3.559
Destinação do resultado:											
Reserva legal	18.c)	-	-	-	13.587	-	-	-	(13.587)	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	18.d)	-	-	-	-	-	-	-	(97.423)	-	(97.423)
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-	-	-	-	(126.764)	-	(126.764)
Dividendo adicional proposto	18.d)	-	-	-	-	-	-	33.958	(33.958)	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	-	-	(37)	-	-	-	-	-	-	(37)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.873.906	72.125	(9.470)	68.951	140.088	(1.356)	33.958	-	9.026	2.187.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	332.290	(30.344)	359.684	(17.663)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais	-	-	5.981	8.590
Depreciações e amortizações	139.829	109.630	187.227	152.363
Constituição de provisão para contingências	17.730	20.912	22.232	22.876
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	22.575	14.787	23.502	14.450
Equivalência patrimonial	(56.126)	(23.590)	-	-
Plano de opção de compra de ações / <i>performance share</i> / <i>matching</i>	5.249	1.404	5.249	1.404
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	945	1.774	398	(359)
Assistência médica complementar	5.239	5.005	7.087	7.265
Juros sobre debêntures	4.314	8.211	6.991	10.876
Juros sobre empréstimos apropriados	715	2.150	1.420	3.054
Juros sobre aplicações financeiras	(16.171)	(1.092)	(16.171)	(1.092)
Juros sobre arrendamento mercantil	111	13	4.724	2.400
Juros sobre obrigações com poder concedente	46.508	48.026	51.730	53.435
	503.208	156.886	660.054	257.599
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(83.272)	(23.334)	(102.608)	(24.901)
Estoques	859	(1.414)	(98)	(1.522)
Ativo fiscal corrente	(17.656)	2.618	(17.661)	2.888
Depósitos judiciais	(14.280)	(20.964)	(14.237)	(19.883)
Outros ativos	(4.849)	8.060	(7.327)	9.545
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	25.319	3.690	32.303	6.988
Salários e obrigações sociais	21.351	8.321	24.226	8.690
Impostos, taxas e contribuições	6.955	2.139	10.058	2.682
Contas a pagar	-	-	647	289
Impostos sobre faturamento TRA	6.155	4.264	6.155	4.264
Outros passivos	-	-	(1)	1
	443.790	140.266	591.511	246.640
Pagamentos obrigações com poder concedente	(77.264)	(58.837)	(93.252)	(71.611)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(69.055)	(583)	(90.854)	(10.077)
Baixas de contingências com pagamento	(18.367)	(15.724)	(20.717)	(18.661)
Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais	279.104	65.122	386.688	146.291
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do imobilizado	(11.626)	(11.626)	(29.504)	(26.589)
Recursos provenientes de alienação de bens do imobilizado	320	162	1.286	4.065
Aumento de investimento líquido de redução de capital em controladas	(40)	(130)	-	-
Aumento do ativo intangível	(202.213)	(192.224)	(209.213)	(197.288)
Aplicações financeiras	201.472	(266.439)	201.472	(266.439)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	24.482	14.529	-	-
Juros sobre empréstimos capitalizados	14.866	4.665	14.866	4.665
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	27.261	(451.063)	(21.093)	(481.586)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (Redução) de capital social	-	789.988	-	789.988
Custo na emissão de novas ações	-	(24.753)	-	(24.753)
Recebimento de opções de compra de ações exercidas	2.794	1.061	2.794	1.061
Empréstimos captados	(17)	(15)	(27)	(317)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(40.038)	(76)	(51.174)	(10.281)
Juros pagos por debêntures / empréstimos	(14.770)	(16.545)	(18.016)	(19.789)
Pagamentos arrendamento mercantil	(601)	(155)	(14.931)	(11.449)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(104.762)	(11.680)	(104.762)	(11.680)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(157.394)	737.825	(186.116)	712.780
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	148.971	351.884	179.479	377.485
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA REPRESENTADO POR				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	460.346	108.462	643.861	266.376
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	609.317	460.346	823.340	643.861
	148.971	351.884	179.479	377.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS (DESPESAS)				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.163.802	622.854	1.740.077	1.066.539
Outras receitas	9.259	24.363	14.086	29.763
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
	<u>1.150.486</u>	<u>632.430</u>	<u>1.730.661</u>	<u>1.081.852</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(118.031)	(75.588)	(219.149)	(150.107)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(151.404)	(108.061)	(301.810)	(226.336)
Outros	(2.460)	(1.870)	(3.185)	(2.768)
	<u>(271.895)</u>	<u>(185.519)</u>	<u>(524.144)</u>	<u>(379.211)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>878.591</u>	<u>446.911</u>	<u>1.206.517</u>	<u>702.641</u>
DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÃO	<u>(139.829)</u>	<u>(109.630)</u>	<u>(187.227)</u>	<u>(152.363)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>738.762</u>	<u>337.281</u>	<u>1.019.290</u>	<u>550.278</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	56.126	23.590	-	-
Receitas financeiras	50.283	6.636	61.431	11.445
	<u>106.409</u>	<u>30.226</u>	<u>61.431</u>	<u>11.445</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>845.171</u>	<u>367.507</u>	<u>1.080.721</u>	<u>561.723</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>845.171</u>	<u>367.507</u>	<u>1.080.721</u>	<u>561.723</u>
Pessoal:				
Remuneração direta	229.378	174.461	293.304	232.540
Benefícios	53.525	45.735	76.063	70.332
FGTS	12.008	10.491	18.944	14.404
	<u>294.911</u>	<u>230.687</u>	<u>388.311</u>	<u>317.276</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	156.950	47.756	238.732	104.259
Estaduais	50	54	5.100	5.690
Municipais	59.161	31.768	85.761	51.426
	<u>216.161</u>	<u>79.578</u>	<u>329.593</u>	<u>161.375</u>
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	56.587	67.367	78.500	88.639
Aluguéis	5.780	3.636	12.585	8.194
	<u>62.367</u>	<u>71.003</u>	<u>91.085</u>	<u>96.833</u>
Remuneração de capital próprio:				
Juros sobre o capital próprio	97.423	-	97.423	-
Dividendos	126.764	-	126.764	-
Dividendos adicionais propostos	33.958	-	33.958	-
Lucros retidos	13.587	(13.761)	13.587	(13.761)
	<u>271.732</u>	<u>(13.761)</u>	<u>271.732</u>	<u>(13.761)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba e Saboó.

a) Contexto operacional da Companhia:

- A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997, referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência da ANTAQ e da Santos Port Authority - SPA. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

- A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba (“TCG Imbituba”), sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2021	31.12.2020
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV") *	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde")	100	100

* Companhias dormentes;

** *Holding*.

b) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A.
("Santos Brasil Logística")

A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIA's. Para as cargas nacionais e nacionalizadas, opera seus dois Centros de Distribuição - CDs localizados em São Bernardo do Campo.

c) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A.
("Terminal de Veículos/TEV")

Em janeiro de 2010, a controlada Terminal de Veículos/TEV, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao Terminal de Veículos/TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

d) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.
("Tecon Vila do Conde")

A controlada indireta Tecon Vila do Conde tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

Contratos de Transição da Companhia

Saboó área 42.000 m²

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado que no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 para explorar provisoriamente três áreas no cais do Saboó, na margem direita do Porto de Santos - a sua oferta final pela Área 2 foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada.

Em 15 de maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/09.2020 entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. - Santos Port Authority - SPA e a Companhia, que tem como objeto o arrendamento para exploração transitória de uma área de 42.000 m², pelo prazo de 180 dias, para movimentação de carga geral, reforçando a sua participação no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes, também na margem direita do porto.

Em 11 de novembro de 2020, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/20.2020, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 12 de novembro de 2020.

Em 10 de maio de 2021, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/12.2021, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 11 de maio de 2021.

Em 05 de novembro de 2021, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/24.2021, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 07 de novembro de 2021, conforme notas explicativas nº 12 e 16.

Saboó área 64.412 m²

Em 18 de janeiro de 2021, a oferta da Companhia para explorar provisoriamente uma área de 64.412 m² no cais do Saboó, na margem direita do Porto de Santos foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada.

Em 13 de maio de 2021, a Companhia celebrou com a Santos Port Authority - SPA o Contrato de Transição DIPRE/DINEG/11.2021, para exploração transitória, pelo prazo de 180 dias, onde a Companhia movimentará contêineres vazios, além de carga geral e de projeto, reforçando a sua presença no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes na margem direita do porto de Santos.

Em 05 de novembro de 2021, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/25.2021, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 08 de novembro de 2021, conforme notas explicativas nº 12 e 16.

Compromissos assumidos nos contratos:

- i. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Santos Port Authority - SPA, anteriormente denominada CODESP.

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela Santos Port Authority - SPA com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados foi protocolado na Secretaria Especial de Portos - SEP em 29 de setembro de 2016. Caso o valor investido seja inferior ao compromissado, a diferença deverá ser paga em parcela única à Santos Port Authority - SPA. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m², mediante a conclusão da extensão de 220 m² do cais público.

Esse aditamento alterou o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 16. A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da Santos Port Authority - SPA, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos a favor da Santos Port Authority - SPA após o término ou a extinção do contrato.

Em 05 de novembro de 2019, realizou-se a 468ª Reunião Ordinária da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, onde deliberaram sobre o pedido de revisão do cronograma de investimentos referente ao Quinto Aditamento. A ANTAQ manifestou-se favoravelmente à revisão do cronograma de investimentos, e o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para decisão, elaboração e assinatura do competente Termo Aditivo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou com a União (“Poder Concedente”), por intermédio da SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, o Sétimo Termo Aditivo (“Sétimo Termo Aditivo”) ao Contrato de Arrendamento do Tecon Santos (“Contrato de Arrendamento”), que estabelece um novo cronograma de investimentos ao Contrato de Arrendamento, passando o prazo final de execução dos investimentos relacionados à prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2031 e investimento mínimo de R\$360.000 até o final de 2022, dos quais a Companhia já executou aproximadamente R\$458.524 (R\$161.169 em 31 de dezembro 2020).

- ii. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 16.

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais (“*Mobile Harbour Crane - MHC*”), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 16.

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

Em 1º de julho de 2016, a Companhia protocolou, o pedido de recomposição de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba, no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o pedido da Companhia tramitou no atual Ministério de Infraestrutura, que substituiu a figura do Ministério dos Transportes. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ foi oficiada, em 07 de abril de 2017, para examinar o pedido de suspensão da obrigação de pagamento da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até que o mérito do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro fosse concluído. A ANTAQ instruiu o processo administrativo e a área técnica da Agência (Gerência de Portos Organizados) concluiu que o pedido de readequação da MMC deveria ser deferido à Companhia. Todavia, antes de qualquer decisão pela Diretoria da ANTAQ, o Ministério de Infraestrutura proferiu o Despacho Decisório nº 2/2019/SNPTA, em 08 de agosto de 2019, concluindo pelo indeferimento do pedido de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro. Posteriormente, a ANTAQ emitiu o Acórdão nº 92, de 29 de outubro de 2019. Na decisão colegiada, o relator do caso votou pela revisão da obrigação de pagamento de MMC, nos termos do Parecer da

Área Técnica da Agência, entretanto os demais diretores presentes decidiram pelo arquivamento dos autos, sem julgamento de mérito, alegando a perda de seu objeto decorrente do Despacho Decisório nº 2/2019/SNPTA - acima mencionado. Em 28 de abril de 2020, a Companhia ajuizou ação judicial em face de União Federal, ANTAQ e SCPAR Porto de Imbituba S.A., requerendo, liminarmente, a suspensão da cobrança da MMC e, no mérito, que seja reconhecido o direito da Companhia ao reequilíbrio econômico em relação à MMC. Em 04 de maio de 2020, foi proferida decisão pelo juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, concedendo o pedido liminar para determinar a suspensão da cobrança dos valores da MMC durante o curso do processo. Em 31 de dezembro de 2021, aguardava-se o início da fase de instrução do processo judicial.

- iii. Compromissos principais do contrato de exploração do TCG Imbituba com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional TCG Imbituba tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do ISPS Code e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 16.

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

- iv. Compromissos principais decorrentes do contrato de transição do Terminal do Saboó com a Santos Port Authority - SPA

O Terminal do Saboó tem o compromisso de uma movimentação mínima mensal de 47.000 toneladas de celulose e de 1.000 unidades de veículos durante a vigência do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

- v. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Terminal de Veículos/TEV com a Santos Port Authority - SPA

O Terminal de Veículos/TEV tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 16.

- vi. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP

O Tecon Vila do Conde tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Tecon Vila do Conde, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 16. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pelo Tecon Vila do Conde, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos à CDP após o término ou a extinção do contrato.

O Tecon Vila do Conde tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2021 foram no montante de R\$79.743 (R\$67.924 em 31 de dezembro de 2020).

Licitações dos Editais de Concessão nº 06/2020, nº 07/2020 e nº 08/2020 de Graneis Líquidos de Combustíveis no complexo portuário de Itaqui

Em 09 de abril de 2021, a Comissão Licitante dos Editais de Concessão nº 06/2020, nº 07/2020 e nº 08/2020 da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, declarou vencedoras as propostas apresentadas pela Companhia, referentes ao arrendamento de três terminais portuários destinados à movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos de combustíveis no Complexo Portuário de Itaqui, no estado do Maranhão, denominados IQI03, IQI11 e IQI12, que, juntos, somam 190.000 m³ de capacidade estática.

A Companhia sagrou-se vencedora ao oferecer o maior valor, a título de pagamento de outorga, nos montantes de R\$61.300 para o terminal IQI03, R\$56.000 para o IQI11 e R\$40.000 para o IQI12. O vencimento dos leilões dos terminais no Porto de Itaqui marca a entrada da Companhia no segmento portuário de graneis líquidos, em uma região estratégica, com proximidade ao Golfo do México, sendo o porto de entrada de importação de combustíveis para as regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. O Porto de Itaqui oferece uma infraestrutura de acesso marítimo competitiva, com calado de até 18,5 metros e berços especializados, e amplo acesso terrestre, com ligação à Ferrovia Norte Sul (VLI), Transnordestina e Ferrovia dos Carajás, garantindo o escoamento dos graneis líquidos, inclusive para regiões importantes do agronegócio.

Em 26 de julho de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos iniciais das outorgas devidas pelo arrendamento de áreas no Porto de Itaqui, as quais foram objeto de processos licitatórios - Editais nº 06/2020, nº 07/2020 e nº 08/2020 da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Os valores pagos pela Companhia foram os seguintes: R\$15.325 para o terminal IQI03; R\$14.000 para o IQI11; e R\$10.000 para o IQI12.

Em 13 de agosto de 2021, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários e da EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária, os Contratos de Arrendamento nº 05/2021; nº 08/2021 e nº 07/2021. Os prazos dos arrendamentos são de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogáveis por um período máximo de 70 (setenta) anos. O início de vigência do prazo do arrendamento, assim como para a exigência das obrigações assumidas pela Companhia, tal como o pagamento do arrendamento portuário, ocorrerá na data de assinatura do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos que está condicionado a não objeção pelo Poder Concedente, ao Plano Básico de Implantação - PBI apresentado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, os PBI's estavam aguardando aprovação da EMAP - Autoridade Portuária do Porto de Itaqui e do Poder Concedente, em consequência a Companhia ainda não reconheceu o Direito de Uso e correspondente Obrigação com o Poder concedente.

Coronavírus (COVID-19)

Desde o início do período de quarentena no Brasil, em março de 2020, a Companhia adotou protocolos em diversas esferas para enfrentar os efeitos da COVID-19, sendo a preservação da saúde dos seus funcionários e demais *stakeholders* a prioridade nesse período. A Companhia reitera que as ações e decisões estratégicas já tomadas e aquelas em curso tem o objetivo de mitigar os impactos causados pela pandemia no âmbito operacional e financeiro, buscando também combater e minimizar seus efeitos nas pessoas com quem a Companhia se relaciona, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e demais parceiros.

Internamente, as ações tomadas pela Companhia envolvendo seus funcionários foram baseadas em quatro pilares: higiene, distanciamento, testes e isolamento.

No que tange as ações diretamente relacionadas aos negócios da Companhia, a Administração mantém frentes de trabalho iniciadas no 2º trimestre de 2020 e que têm o objetivo de buscar novas fontes de receita, controlar e reduzir custos e despesas e revisitar o plano de investimentos, priorizando a continuidade dos projetos estratégicos. Na receita, a busca é pela diversificação do negócio e aumento do *share-of-wallet* na cadeia de valor dos clientes, o que se dá através: (i) do aumento de atividades de DEPOT (serviço de reparos e manutenção de contêineres) para clientes armadores no Tecon Santos e Tecon Vila do Conde; (ii) da captação de novas cargas no Terminal de Carga Geral de Imituba (i.e. celulose e alimentos); (iii) de novos contratos nas operações logísticas dos CLIAs, do Centro de Distribuição de São Bernardo do Campo e do Centro de Distribuição Imigrantes; (iv) da captação de cargas de projeto no Tecon Vila do Conde; e (v) da captação de novos volumes no Terminal de Veículos/TEV.

Quanto às ações para redução de custos e despesas, a Companhia busca, com base na premissa de aumentar a eficiência operacional e administrativa, continuar a obtenção de economias através: (i) da renegociação e revisão de escopo de contratos com fornecedores; (ii) do corte de despesas administrativas com viagens, ocupação de espaço, *marketing* entre outros; e (iii) da automação plena dos *gates* de entrada do Tecon Santos.

Com relação à continuidade operacional, a preservação e fortalecimento dos saldos de caixa e aplicações financeiras consolidados (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2021) continuaram sendo principal foco das ações realizadas, com a gestão do capital de giro através do aumento do prazo médio de pagamento e controle dos recebimentos da inadimplência, bem como o diferimento e suspensão de tributos e a substituição de depósitos judiciais por outras garantias. Em setembro de 2020, a Companhia captou R\$790 milhões através de uma oferta primária de ações (*follow-on*), recursos esses que já estão sendo destinados para o crescimento dos negócios da Companhia.

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas controladas seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

Adicionalmente, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisões adicionais para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

- Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRSs*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 09 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

- Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 1 - contexto: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 17 - classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 11 e 12 - teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis de imobilizado e intangível;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 24 - reconhecimento de passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 26 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“*inputs*”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 23 - Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras, individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em sociedades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures, poder concedente e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontados a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros.

f) Estoques

Os estoques estão representados, principalmente, por itens de manutenção e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

j) Ativos arrendados

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são arrendadores intermediários, contabilizam seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento circulante que a Companhia e suas controladas, como arrendatários, contabilizam aplicando a isenção descrita acima e classificam o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicarão o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia e suas controladas como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2) / IFRS 16, exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

Em 07 de julho de 2020, a Deliberação CVM nº 859 aprovou a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19.

A Companhia e suas controladas concluíram que a revisão da norma não apresenta impacto nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

k) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (“*vesting date*”).

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (“*non-vesting conditions*”), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 4.e).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 26.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das

demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

- t) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia e suas controladas tenham definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e suas controladas devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia e suas controladas passaram a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

- u) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 - Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Não é esperado que essas normas e interpretações novas e alteradas emitidas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber - controladora

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	6.266	5.692
Terminal de Veículos de Santos S.A.	4.144	428
Santos Brasil Logística S.A.	2.949	-
	<u>13.359</u>	<u>6.120</u>

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	961	448	1.617	1.478
Contas correntes (II)	1.190	1.101	1.190	1.101
	<u>2.151</u>	<u>1.549</u>	<u>2.807</u>	<u>2.579</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	656	1.030	1.617	1.478
Contas correntes (II)	-	-	1.190	1.101
	<u>656</u>	<u>1.030</u>	<u>2.807</u>	<u>2.579</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

(I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si em condições comerciais acordadas entre as partes, conforme nota explicativa nº 4.c);

(II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2021, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$3.275 (R\$880 em 31 de dezembro de 2020), referente a 10.974 contêineres movimentados (3.357 contêineres em 31 de dezembro de 2020); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$961 (R\$901 em 31 de dezembro de 2020), referente a 18.954 contêineres (9.079 contêineres em 31 de

dezembro de 2020); (iii) monitoramento *reefers*, no montante de R\$155 (R\$3 em 31 de dezembro de 2020), referente a 282 contêineres (7 contêineres em 31 de dezembro de 2020) e (iv) conexão e desconexão de contêineres *reefers*, no montante de R\$33 (R\$1 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$6.139 (R\$9.141 em 31 de dezembro de 2020), referente a 7.332 contêineres (10.853 contêineres em 31 de dezembro de 2020) e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$95 (R\$26 em 31 de dezembro de 2020), referente a 3.532 contêineres (986 contêineres em 31 de dezembro de 2020).

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	1.835	11.251	1.835	10.324
Outros benefícios	-	655	-	454
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	5.249	-	1.404
Total	1.835	17.155	1.835	12.182

	Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	1.846	11.862	1.857	10.602
Outros benefícios	-	705	-	454
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	5.249	-	1.404
Total	1.846	17.816	1.857	12.460

Nos valores da remuneração da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de acordo de confidencialidade e não competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,52% (0,45% em 31 de dezembro de 2020) das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2021, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$56.530 (R\$52.080 em 31 de dezembro de 2020).

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e as demais controladas, tinham provisionado o montante de R\$29.010 (R\$7.461 em 31 de dezembro de 2020).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Aval da aquisição de carretas, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.227 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2020);
- Aval da aquisição de caminhões, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.482 (R\$1.482 em 31 de dezembro de 2020);
- Devedor solidário da aquisição de guindaste, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 3.635, equivalente a R\$22.977 (R\$23.184 em 31 de dezembro de 2020);
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 678, equivalente a R\$4.287 (R\$4.326 em 31 de dezembro de 2020);
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 271, equivalente a R\$1.713 (R\$1.728 em 31 de dezembro de 2020).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NATUREZA DAS APLICAÇÕES

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e saldo em bancos	2.262	2.123	4.672	7.073
Aplicações financeiras	607.055	458.223	818.668	636.788
Total	609.317	460.346	823.340	643.861

b) Outras aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações financeiras	241.296	426.598	241.296	426.598

c) Natureza das aplicações financeiras

- Aplicações financeiras:

	Vencimento	Controladora	
		31.12.2021	31.12.2020
Cédula de depósito bancário - CDB	2021	-	384.627
	2022	378.024	-
	2023	90.841	10.126
	2025	63.410	63.470
		<u>532.275</u>	<u>458.223</u>
Fundos de investimento	Indeterminado	74.780	-
		<u>74.780</u>	<u>-</u>
Total		<u>607.055</u>	<u>458.223</u>

	Vencimento	Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020
Cédula de depósito bancário - CDB	2021	-	563.192
	2022	589.637	-
	2023	90.841	10.126
	2025	63.410	63.470
		<u>743.888</u>	<u>636.788</u>
Fundos de investimento	Indeterminado	74.780	-
		<u>74.780</u>	<u>-</u>
Total		<u>818.668</u>	<u>636.788</u>

- Outras aplicações financeiras

	Vencimento	Controladora e Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020
Cédula de depósito bancário - CDB	2021	-	426.598
	2022	241.296	-
Total		<u>241.296</u>	<u>426.598</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As outras aplicações financeiras são conversíveis em caixa após período de carência. Em 31 de dezembro de 2021, essas aplicações tinham carência de até 30 dias. Todas as aplicações estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado.

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2021. As aplicações em CDB variaram de 97,00% a 108,00% (97,00% a 109,00% em 31 de dezembro de 2020). As aplicações em fundos de investimento variaram de 123,10% a 125,80% do CDI.

O “Caixa e Equivalentes de Caixa” e as “Aplicações Financeiras” são mantidos com bancos de 1ª linha que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado na agência de *rating* S&P (*Standard & Poor's*).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
No País	163.465	97.114
A Faturar	8.282	4.101
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b))	961	448
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(22.112)	(11.764)
Total	<u>150.596</u>	<u>89.899</u>

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
No País	221.919	136.756
A Faturar	11.046	6.381
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(22.976)	(12.254)
Total	<u>209.989</u>	<u>130.883</u>

Em 31 de dezembro de 2021, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.617 (R\$1.478 em 31 de dezembro de 2020), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 4.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Créditos a vencer	129.109	66.552
Créditos em atraso até 60 dias	20.315	16.165
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.946	1.915
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	8.357	6.056
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.329	7.474
Créditos em atraso há mais de 361 dias	2.652	3.501
Total	<u>172.708</u>	<u>101.663</u>

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Créditos a vencer	183.019	102.256
Créditos em atraso até 60 dias	23.995	20.203
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	3.108	1.949
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	10.062	6.452
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.756	7.772
Créditos em atraso há mais de 361 dias	3.025	4.505
Total	<u>232.965</u>	<u>143.137</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado na controladora e no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	11.764	12.254
Adições, líquida de reversões	22.575	23.502
Baixas	(12.227)	(12.780)
Saldo em 31.12.2021	<u>22.112</u>	<u>22.976</u>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	12.927	14.334
Adições, líquida de reversões	14.787	14.450
Baixas	(15.950)	(16.530)
Saldo em 31.12.2020	<u>11.764</u>	<u>12.254</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Material de manutenção	18.264	19.152	22.341	22.393
Material administrativo	310	292	476	412
Material de segurança	218	206	386	347
Outros	919	920	1.188	1.141
	<u>19.711</u>	<u>20.570</u>	<u>24.391</u>	<u>24.293</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>6.543</u>	<u>5.896</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>5.234</u>	<u>4.717</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2021 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

9. ATIVO FISCAL CORRENTE

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.124	461
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17.274	360
Outros	86	7
Total do circulante	<u>18.484</u>	<u>828</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.233	509
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	18.205	821
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	-	989
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.422	1.895
Outros	389	374
Total do circulante	<u>22.249</u>	<u>4.588</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$1.233 (R\$509 em 31 de dezembro de 2020), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras do exercício vigente da Companhia.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$18.205 (R\$821 em 31 de dezembro de 2020), referiam-se, principalmente: (i) as antecipações nas apurações mensais da Companhia, no montante de R\$16.762; (ii) reconhecimento IRPJ e CSLL sobre a Selic pagos indevidamente pela Companhia, no montante de R\$1.394, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187. Tais créditos serão compensados nas apurações de exercícios futuros.

Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$989 em 31 de dezembro de 2020, referiam-se, a recolhimento indevido na controlada Tecon Vila do Conde, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017. Tais créditos foram compensados no decorrer do exercício de 2021.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$2.422, referiam-se, principalmente, à controlada Santos Brasil Logística, e são decorrentes do reconhecimento do crédito relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme decidido e modulado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$1.895, referiam-se, principalmente, à controlada Tecon Vila do Conde, que impetrou mandado de segurança no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos foram totalmente compensados no decorrer do exercício de 2021.

A Companhia e suas controladas entendem que os créditos de PIS e COFINS sobre seus insumos são mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito na melhor interpretação da legislação vigente, ou seja, somente despesas que sejam essenciais ou relevantes para as suas atividades, inclusive amparado por seus assessores jurídicos externos.

10. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	<u>437.147</u>	<u>404.677</u>

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2020

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	42	109.006	132.750	162.705	404.677
Aporte de capital	-	40	-	-	-	40
Equivalência patrimonial	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449	56.126
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2021 (*)	-	-	(17.078)	-	(1.284)	(18.362)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(6.266)	(2.949)	(4.144)	(13.359)
Passivo atuarial	-	-	1.312	6.637	76	8.025
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>82</u>	<u>49</u>	<u>113.357</u>	<u>148.857</u>	<u>174.802</u>	<u>437.147</u>

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2019

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264	398.460
Aporte de capital	100	30	-	-	-	130
Equivalência patrimonial	(133)	(22)	23.969	(2.026)	1.802	23.590
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2020 (*)	-	-	(3.966)	-	(6.931)	(10.897)
Dividendos propostos (*)	-	-	(5.692)	-	(428)	(6.120)
Passivo atuarial	-	-	490	(973)	(2)	(485)
Outras	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>174</u>	<u>42</u>	<u>109.006</u>	<u>132.750</u>	<u>162.705</u>	<u>404.677</u>

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2021

	Numeral 80 Participações S.A. ^(a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. ^(a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.430	530	84.484	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	986.986	530.000	84.484.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	443.014	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449
Patrimônio líquido	82	49	113.357	148.857	174.802
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	82	49	113.357	148.857	174.802
Ativo circulante	78	52	128.537	86.432	74.088
Ativo não circulante	7	-	113.967	201.062	249.214
Total do ativo	85	52	242.504	287.494	323.302
Passivo circulante	3	3	38.305	51.297	19.816
Passivo não circulante	-	-	90.842	87.340	128.684
Total do passivo	3	3	129.147	138.637	148.500
Receita líquida	-	-	132.961	299.080	75.385
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449

(a) Controladas com atividade operacional paralisada.

11. IMOBILIZADO

	Controladora											
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	9,2	9,6	-	20	-	10	10	20	1,7	6	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	-	96	87.924
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	15.518	(15.798)	11.808	-	-	98	-	-	2.412	-	14.038
Baixas	-	(106)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(107)
Reclassificações (**)	-	-	(2.182)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.182)
Depreciações	(30)	(2.444)	-	(2.023)	-	(1.885)	(416)	(119)	(35)	(147)	(25)	(7.124)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71	92.549
Saldos em 31 de dezembro de 2020												
Custo	4.092	71.625	7.431	49.611	39.943	27.115	9.604	1.988	1.954	2.412	347	216.122
Depreciação acumulada	(4.042)	(47.370)	-	(38.016)	-	(23.353)	(8.630)	(1.610)	(129)	(147)	(276)	(123.573)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71	92.549
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4	9,6	-	20	-	10	10	20	1,7	13	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71	92.549
Movimentações												
Aquisições / transferências	1.541	570	7.078	854	-	391	1.192	-	-	44	-	11.670
Baixas	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	(104)	-	(151)
Reclassificações (**)	-	-	(3.842)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.842)
Depreciações	(30)	(3.347)	-	(2.849)	-	(1.832)	(372)	(105)	(32)	(532)	(24)	(9.123)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	47	91.103
Saldos em 31 de dezembro de 2021												
Custo	3.977	70.948	10.667	50.454	39.943	27.507	10.791	1.707	1.955	2.091	347	220.387
Depreciação acumulada	(2.416)	(49.517)	-	(40.854)	-	(25.186)	(8.997)	(1.434)	(162)	(418)	(300)	(129.284)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	47	91.103

(*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

	Consolidado											
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	5,7 - 9,2	9,6 - 10,3	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	6 - 50	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Movimentações												
Aquisições / transferências	217	21.166	(9.918)	14.456	-	491	176	-	-	20.501	1	47.090
Baixas	-	(1.577)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1.578)
Reclassificações (**)	-	-	(2.689)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.689)
Depreciações	(482)	(6.909)	-	(2.789)	-	(2.877)	(4.195)	(119)	(541)	(10.798)	(33)	(28.743)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	3.351	52.582	17.470	15.698	66.368	7.257	11.925	378	19.404	39.610	92	234.135
Saldos em 31 de dezembro de 2020												
Custo	13.097	159.958	17.470	63.114	66.368	45.684	57.715	2.176	27.135	58.815	763	512.295
Depreciação acumulada	(9.746)	(107.376)	-	(47.416)	-	(38.427)	(45.790)	(1.798)	(7.731)	(19.205)	(671)	(278.160)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	3.351	52.582	17.470	15.698	66.368	7.257	11.925	378	19.404	39.610	92	234.135
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,0 - 5,1	9,6 - 10,5	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	9,7 - 22,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	3.351	52.582	17.470	15.698	66.368	7.257	11.925	378	19.404	39.610	92	234.135
Movimentações												
Aquisições / transferências	2.082	10.697	9.886	2.521	-	1.682	2.560	-	-	37.041	76	66.545
Baixas	-	(455)	-	-	-	(11)	-	-	-	(104)	-	(570)
Reclassificações (**)	(1)	-	(4.408)	-	-	7	87	-	-	-	-	(4.315)
Depreciações	(364)	(7.575)	-	(3.941)	-	(2.824)	(3.968)	(105)	(536)	(12.150)	(40)	(31.503)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	5.068	55.249	22.948	14.278	66.368	6.111	10.604	273	18.868	64.397	128	264.292
Saldos em 31 de dezembro de 2021												
Custo	13.524	166.354	22.948	65.427	66.368	47.212	60.358	1.895	27.137	95.492	839	567.554
Depreciação acumulada	(8.456)	(111.105)	-	(51.149)	-	(41.101)	(49.754)	(1.622)	(8.269)	(31.095)	(711)	(303.262)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	5.068	55.249	22.948	14.278	66.368	6.111	10.604	273	18.868	64.397	128	264.292

(*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$14.866 (R\$4.665 em 31 de dezembro de 2020) referentes aos empréstimos e financiamentos não diretamente atribuíveis as imobilizações da Companhia com taxa média de juros de 5,70% a.a. e 3,98% a.a., respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um equipamento dado em garantia ao financiamento da respectiva aquisição (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME). O valor de custo desse equipamento em 31 de dezembro de 2020 era de R\$298. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui nenhum equipamento dado em garantia a financiamento. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas ("*Rubber Tyred Gantry – RTG*"), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2021, tinha o valor contábil de R\$416 (R\$520 em 31 de dezembro de 2020).

12. INTANGÍVEL

	Controladora										
	Vida útil definida										
	Direito de exploração (a)					Softwares		Outros intangíveis		Total	
Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Saboó 42.000m ² (**)	Saboó 64.412m ² (***)	Concessão da Santos-Brasil S.A.	Concessão da Pará Empreendimentos	Concessão da TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento		
Taxa média de amortização (% a.a.)	4,3	4,7	4,7	60,9	100	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	848.190	615.065	11.315	-	-	69.398	2.365	10.209	361	104.857	1.661.760
Movimentações											
Aquisições / transferências	298.158	31.835	294	5.011	-	-	-	-	5.758	95.957	437.013
Baixa	(1.829)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.829)
Reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	622	1.561	2.183
Amortizações	(45.596)	(48.669)	(935)	(3.052)	-	(2.484)	(172)	(828)	(770)	-	(102.506)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	66.914	2.193	9.381	5.971	202.375	1.996.621
Saldos em 31 de dezembro de 2020											
Custo	1.862.390	1.033.165	19.860	5.011	-	321.264	37.760	18.983	28.897	202.375	3.529.705
Amortização acumulada	(763.467)	(434.934)	(9.186)	(3.052)	-	(254.350)	(35.567)	(9.602)	(22.926)	-	(1.533.084)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	66.914	2.193	9.381	5.971	202.375	1.996.621
Taxa média de amortização (% a.a.)	4,1	4,9	4,7	55,3	62	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	66.914	2.193	9.381	5.971	202.375	1.996.621
Movimentações											
Aquisições / transferências	136.984	143.592	352	11.183	4.784	-	-	-	4.354	195.298	496.547
Baixa	(1.218)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.218)
Reclassificações (*)	665	-	28	-	-	-	-	-	100	3.050	3.843
Amortizações	(54.970)	(57.249)	(966)	(8.964)	(2.982)	(2.486)	(174)	(829)	(2.086)	-	(130.706)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.384	684.574	10.088	4.178	1.802	64.428	2.019	8.552	8.339	400.723	2.365.087
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Custo	1.972.966	1.176.954	20.240	16.194	4.784	321.265	37.758	18.983	33.352	400.723	4.003.219
Amortização acumulada	(792.582)	(492.380)	(10.152)	(12.016)	(2.982)	(256.837)	(35.739)	(10.431)	(25.013)	-	(1.638.132)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.384	684.574	10.088	4.178	1.802	64.428	2.019	8.552	8.339	400.723	2.365.087

(*) Reclassificações, principalmente, do imobilizado.

(**) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses, renovado por mais 6 (seis) meses a partir de 11 de novembro de 2021.

(***) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses.

Consolidado

	Vida útil definida												Vida útil indefinida	Total
	Direito de exploração (a)										Softwares	Outros intangíveis	Ágio nas aquisições (b)	
	Tecon Santos	Tecon Imbituba (c)	TCG Imbituba	Saboó 42.000m ² (***)	Saboó 64.412m ² (****)	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV	Concessão da Santos-Brasil S.A.	Concessão da Pará Empreendimentos	Concessão da TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	Santos Brasil Logística (*)	
Taxa média de amortização (% a.a.)	4,3	4,7	4,7	60,9	100	7,4	4,3	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	848.190	615.065	11.315	-	-	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Movimentações														
Aquisições / transferências	298.158	31.835	294	5.011	-	8.735	11.175	-	-	-	5.758	100.608	-	461.574
Baixa	(1.829)	-	-	-	-	(299)	-	-	-	-	-	-	-	(2.128)
Reclassificações (**)	-	-	-	-	-	261	-	-	-	-	868	1.561	-	2.690
Amortizações	(45.596)	(48.669)	(935)	(3.052)	-	(4.940)	(15.985)	(2.484)	(172)	(828)	(959)	-	-	(123.620)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	64.178	224.765	66.914	2.193	9.381	6.758	216.241	39.465	2.339.682
Saldos em 31 de dezembro de 2020														
Custo	1.862.390	1.033.165	19.860	5.011	-	106.816	371.429	321.264	37.760	18.983	38.827	216.241	47.576	4.079.322
Amortização acumulada	(763.467)	(434.934)	(9.186)	(3.052)	-	(42.638)	(146.664)	(254.350)	(35.567)	(9.602)	(32.069)	-	(8.111)	(1.739.640)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	64.178	224.765	66.914	2.193	9.381	6.758	216.241	39.465	2.339.682
Taxa média de amortização (% a.a.)	4,1	4,9	4,7	55,3	62	7,5	4,5	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	64.178	224.765	66.914	2.193	9.381	6.758	216.241	39.465	2.339.682
Movimentações														
Aquisições / transferências	136.984	143.592	352	11.183	4.784	16.856	37.118	-	-	-	5.136	188.400	-	544.405
Baixa	(1.218)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.218)
Reclassificações (**)	665	-	28	-	-	-	1	-	-	-	248	3.374	-	4.316
Amortizações	(54.972)	(57.249)	(966)	(8.964)	(2.982)	(6.207)	(18.489)	(2.488)	(174)	(829)	(2.404)	-	-	(155.724)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.382	684.574	10.088	4.178	1.802	74.827	243.395	64.426	2.019	8.552	9.738	408.015	39.465	2.731.461
Saldos em 31 de dezembro de 2021														
Custo	1.972.966	1.176.954	20.240	16.194	4.784	123.674	408.547	321.265	37.758	18.983	44.212	408.015	47.576	4.601.168
Amortização acumulada	(792.584)	(492.380)	(10.152)	(12.016)	(2.982)	(48.847)	(165.152)	(256.839)	(35.739)	(10.431)	(34.474)	-	(8.111)	(1.869.707)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.382	684.574	10.088	4.178	1.802	74.827	243.395	64.426	2.019	8.552	9.738	408.015	39.465	2.731.461

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(**) Reclassificações, principalmente, do imobilizado.

(****) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses, renovado por mais 6 (seis) meses a partir de 11 de novembro de 2021.

(*****) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses.

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997, Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008, TCG Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006, e Saboó, desde 15 de maio de 2020, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

A controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. foi declarada a vencedora da licitação do Terminal de Veículos/TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do Terminal de Veículos/TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

Além dos valores acima descritos, a Companhia e suas controladas reconheceram no ativo intangível às parcelas dos arrendamentos e as parcelas de MMC, de todos os contratos de arrendamento, incluindo sua controlada indireta Tecon Vila do Conde, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações financeiras de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos, foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição do Tecon Vila do Conde foi consumada em 09 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social do Tecon Vila do Conde.

O fundamento econômico do ágio na aquisição do Tecon Vila do Conde é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do TCG Imbituba, por meio da então controlada Tremarcos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do TCG Imbituba é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(b) Ágio nas aquisições

A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita, foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.576.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2022 e o planejamento de longo prazo até 2031 + perpetuidade, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Variação dos volumes de armazenagem alfandegada recuperando os patamares antes da pandemia em dois anos;
- A expectativa da taxa de crescimento para o exercício de 2022 é de 13,3%;
- Projeção de manutenção de volumes no Centro de Distribuição com crescimento de 15,8% em 2022;
- Em 2022 as unidades de Transportes consolidada crescerão 8,5%;
- Concentração nas ações em custos com ganhos de eficiência e renegociações com clientes (tarifas ou mix de cargas);
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA (LAJIDA) como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2021 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Taxa de desconto:	7,96%	7,48%

A taxa de desconto foi estimada através de estudos de entidades que acompanham a Companhia com dados de mercados atualizados até dezembro de 2021.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2021, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

(c) Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2021, foi efetuado teste de recuperação, na UGC Tecon Imituba, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2022 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a filial operacional Tecon Imituba, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de operações de cais e armazenagem alfandegada, crescendo com a estimativa das operações dos grandes navios a partir de 2023;

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	17,3%	154,5%	7,1%	7,2%	3,6%

- Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2021 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Taxa de desconto:	7,96%	8,48%

A taxa de desconto foi estimada através de estudos de entidades que acompanham a Companhia com dados de mercados atualizados até dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imituba foi inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais de R\$412.076, nos quais está inserido o direito de exploração. De 2016 a 2021, o valor recuperável estimado da filial operacional Tecon Imituba eram superiores ao valor dos ativos operacionais nos quais está inserido direito de exploração, líquido do ajuste realizado em 2015. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

Em 31 de dezembro de 2021, as demais UGC, Tecon Santos, Terminal de Carga Geral, Terminal de Veículos/TEV e Tecon Vila do Conde, também foram testadas, tendo como base a mesma metodologia de cálculo apresentada anteriormente e o resultado foi que o valor recuperável estimado é superior ao valor desses ativos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				31.12.2021	31.12.2020	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	-	38	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	20.091	60.104	R\$
				<u>20.091</u>	<u>60.142</u>	
Total				<u>20.091</u>	<u>60.142</u>	
(-) Circulante				(20.091)	(40.142)	
Não circulante				-	20.000	
	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				31.12.2021	31.12.2020	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	-	38	R\$
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	788	1.404	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	20.091	60.104	R\$
				<u>20.879</u>	<u>61.546</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	12.228	17.273	€
				<u>12.228</u>	<u>17.273</u>	
Total				<u>33.107</u>	<u>78.819</u>	
(-) Circulante				(25.710)	(45.864)	
Não circulante				7.397	32.955	

(*) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possui *covenants*, vide principais compromissos e cálculo a seguir.

- (a) Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.

Em 22 de junho de 2020 foi celebrado o segundo aditivo da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú prorrogando o prazo final da dívida de junho de 2021 para junho de 2022. A taxa acrescida do CDI também foi alterada de 1,85% a.a. para 2,75% a.a.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	60.142	60.143	78.819	77.925
Juros e custos apropriados	715	2.150	1.420	3.054
Juros capitalizados	2.553	1.022	2.553	1.022
Variação monetária e cambial	-	-	(7)	5.979
(-) Amortização da dívida	(40.038)	(76)	(45.624)	(5.184)
(-) Juros pagos ^(*)	(3.281)	(3.097)	(4.054)	(3.977)
Saldo final	20.091	60.142	33.107	78.819

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, possui *covenant*, a ser apurado pela Companhia, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações financeiras Consolidadas auditadas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado 31.12.2021
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	823.340
Outras aplicações financeiras	241.296
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	33.107
Debêntures	360.128
Arrendamento mercantil	69.087
Dívida Líquida	(602.314)
EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses	563.980
Dívida Líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	(1,1)

Garantias

- Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Fevereiro/23	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)
FINAME	Abril/23	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)

(a) Conforme nota explicativa nº 11.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Consolidado		
	2023	2024	Total
FINAME	152	-	152
FINIMP	4.830	2.415	7.245
Total	4.982	2.415	7.397

14. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.12.2021	31.12.2020
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	303.497	298.376
(-) Circulante				(38.924)	(2.191)
Não circulante				264.573	296.185

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado	
				31.12.2021	31.12.2020
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	303.497	298.376
Debêntures	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	56.631	55.999
				360.128	354.375
(-) Circulante				(44.869)	(7.556)
Não circulante				315.259	346.819

- (a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (<i>Bookbuilding</i>)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

- (b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	298.376	299.985	354.375	358.471
Captação	-	-	-	-
(-) Custo das captações	(17)	(15)	(27)	(317)
Valor líquido captado	298.359	299.970	354.348	358.154
Juros e custos apropriados	4.314	8.211	6.991	10.876
Juros capitalizados	12.313	3.643	12.313	3.643
Variação monetária s/ principal	-	-	5.988	2.611
(-) Amortização da dívida	-	-	(5.550)	(5.097)
(-) Juros pagos ^(*)	(11.489)	(13.448)	(13.962)	(15.812)
Saldo final	303.497	298.376	360.128	354.375

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado
	31.12.2021
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	823.340
Outras aplicações financeiras	241.296
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	33.107
Debêntures	360.128
Arrendamento mercantil	69.087
Dívida líquida	(602.314)
EBITDA ajustado (*)	470.728
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	(1,3)

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações financeiras em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão trabalhista (a)	20.633	21.061
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	9.094	8.886
Provisão tributária (d)	1.675	1.643
Outros processos	2.313	2.762
Total	33.715	34.352

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão trabalhista (a)	23.188	22.660
Provisão para processo FAP (b)	11.671	11.405
Provisão tributária (d)	4.999	4.808
Outros processos	3.365	2.835
Total	43.223	41.708

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	3.467	4.168
Processo FAP (b)	5.857	5.735
Processo CADE - multa (c)	2.372	2.338
Processo CADE - faturamento TRA (c)	226.574	213.798
Outros processos	130	1.157
Outros depósitos judiciais (e)	39.949	40.277
Subtotal	278.349	267.473
Relativo aos fornecedores:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	16.582	13.178
Subtotal	31.665	28.261
Total	310.014	295.734

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	3.867	4.681
Processo FAP (b)	7.354	7.200
Processo CADE - multa (c)	2.372	2.338
Processo CADE - faturamento TRA (c)	226.574	213.798
Outros processos	130	1.157
Outros depósitos judiciais (e)	46.559	46.849
Subtotal	<u>286.856</u>	<u>276.023</u>
Relativo aos fornecedores:		
SCPar (f)	15.083	15.083
OGMO (g)	16.582	13.178
Subtotal	<u>31.665</u>	<u>28.261</u>
Total	<u>318.521</u>	<u>304.284</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$20.633 (R\$21.061 em 31 de dezembro de 2020), para os quais existem depósitos judiciais de R\$3.467 (R\$4.168 em 31 de dezembro de 2020) e 24 seguros garantindo o montante de R\$122.815 (R\$157.687 em 31 de dezembro de 2020); (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.115 (R\$1.470 em 31 de dezembro de 2020), para os quais existem depósitos judiciais de R\$351 (R\$493 em 31 de dezembro de 2020) e 2 seguros garantindo o montante de R\$43 (R\$190 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$441 (R\$129 em 31 de dezembro de 2020), para os quais existem depósitos judiciais de R\$49 (R\$20 em 31 de dezembro de 2020) e 6 seguros garantindo o montante de R\$3.472 (R\$2.387 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.857 (R\$5.735 em 31 de dezembro de 2020), e de suas controladas composto de: (i) R\$1.401 (R\$1.372 em 31 de dezembro de 2020) - Santos Brasil Logística; (ii) R\$68 (R\$66 em 31 de dezembro de 2020) - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$28 (R\$27 em 31 de dezembro de 2020) - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.

- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo 08012.07443/99-17 que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

O processo teve por objeto a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres (SSE) efetuada contra os Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs. O processo foi julgado e a Companhia condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. Em razão da decisão administrativa, a Companhia ingressou com ação judicial (item 14 do formulário de referência) e obteve decisões favoráveis de mérito em primeira e segunda instância para anular a penalidade imposta pelo CADE e declarar a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega, o que possibilitou à Companhia (i) dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrar os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requerer judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Antes disso, a Companhia obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$150.619 (R\$145.179 em 31 de dezembro de 2020) e R\$2.372 (R\$2.338 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente. Frise-se, ainda, que nesta mesma ação estão sendo depositados os tributos decorrentes do faturamento (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) cujo montante é de R\$65.733 (R\$60.082 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 14 do Formulário de Referência. Sobre tais serviços ainda incide o Imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza - ISSQN, sendo que os mesmos foram depositados judicialmente pela Companhia, com valores totais já depositados de R\$10.222 (R\$8.537 em 31 de dezembro de 2020). Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$63.991 (R\$57.836 em 31 de dezembro de 2020), estão classificados no passivo não circulante.

- (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$4.999 (R\$4.808 em 31 de dezembro de 2020), refere-se, principalmente: (i) à Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da Prefeitura Municipal de Santos, no montante de R\$2.924; (ii) ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.675; e (iii) outros processos, no montante de R\$400.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.530 (R\$1.513 em 31 de dezembro de 2020) e R\$9.702 (R\$9.589 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.966 (R\$2.920 em 31 de dezembro de 2020); (iii) depósito referente a tributos federais que impediem a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$17.761 (R\$17.460 em 31 de dezembro de 2020); (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 (R\$1.685 em 31 de dezembro de 2020); e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$6.305 (R\$7.110 em 31 de dezembro de 2020). Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediem a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 (R\$3.383 em 31 de dezembro de 2020), processos trabalhistas, no montante de R\$790 (R\$1.024 em 31 de dezembro de 2020) e a bloqueios judiciais, no montante de R\$321; (ii) controlada

Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$525 (R\$573 em 31 de dezembro de 2020), outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.578 (R\$1.578 em 31 de dezembro de 2020), e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$6 (R\$7 em 31 de dezembro de 2020).

- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, que delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, efetuou os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2021, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083 (R\$15.083 em 31 de dezembro de 2020). O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$15.021 (R\$15.021 em 31 de dezembro de 2020), na rubrica "Fornecedores". Em agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Em 26 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento ao apelo da SCPAR para reconhecer a sucumbência parcial da Companhia na primeira parte da ação de consignação. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração os quais aguardam julgamento. Para 31 de dezembro de 2021, não houve mudança no andamento do processo.
- (g) Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 10063282820198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em 20 de outubro de 2021 as Partes se compuseram, definindo o regramento para o custeio das despesas do OGMO. O valor depositado, pela Companhia, será integralmente levantado pelo OGMO. Em 31 de dezembro de 2021, esses depósitos representavam o montante de R\$16.582 (R\$13.178 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 22 do Formulário de Referência.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$2.924 (R\$2.765 em 31 de dezembro de 2020) foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				Saldo em 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	
Provisão trabalhista	21.061	1.035	(16.218)	14.755	20.633
Provisão FAP	8.886	208	-	-	9.094
Provisão tributária	1.643	16	(140)	156	1.675
Outros processos	2.762	85	(2.009)	1.475	2.313
Total	34.352	1.344	(18.367)	16.386	33.715

(*) O montante de R\$16.386 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$12.696.

					Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	
Provisão trabalhista	16.124	770	(13.080)	17.247	21.061
Provisão FAP	9.554	164	-	(832)	8.886
Provisão tributária	1.614	-	-	29	1.643
Outros processos	1.872	-	(2.644)	3.534	2.762
Total	29.164	934	(15.724)	19.978	34.352

(*) O montante de R\$19.978 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$15.878.

	Consolidado				Saldo em 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	
Provisão trabalhista	22.660	1.330	(17.808)	17.006	23.188
Provisão FAP	11.405	266	-	-	11.671
Provisão tributária	4.808	16	(140)	315	4.999
Outros processos	2.835	641	(2.769)	2.658	3.365
Total	41.708	2.253	(20.717)	19.979	43.223

(*) O montante de R\$19.979 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$15.371.

					Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	
Provisão trabalhista	18.491	844	(15.988)	19.313	22.660
Provisão FAP	12.026	211	-	(832)	11.405
Provisão tributária	5.077	-	-	(269)	4.808
Outros processos	1.899	-	(2.673)	3.609	2.835
Total	37.493	1.055	(18.661)	21.821	41.708

(*) O montante de R\$21.821 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$17.414..

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$902.865 (R\$758.447 em 31 de dezembro de 2020), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras.

As movimentações dos processos possíveis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão demonstradas nos quadros a seguir:

<u>Natureza da ação</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Adições (*)</u>	<u>Outras movimentações (**)</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>
Aduaneira	8.631	19	557	9.207
Cível	69.179	12.042	(1.088)	80.133
Trabalhista	81.183	103.820	(9.611)	175.392
Tributária	587.242	13.828	27.906	628.976
Outras	12.212	372	(3.427)	9.157
Total	758.447	130.081	14.337	902.865

(*) Referem-se a novos processos classificados com probabilidade de perda possível. Quanto aos processos trabalhistas, às adições são relacionadas a diversas reclamações ajuizadas no período, sendo o principal processo movido pelo Sindicato dos Estivadores de Santos - SINDESTIVA, no montante de R\$78.697 (processo destacado ao final desta nota).

(**) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente. A principal movimentação do período é referente à atualização da contingência do Processo Ágio, cujo saldo de contingência em 31 de dezembro de 2020 era de R\$379.230 e em 31 de dezembro de 2021 passou a ser de R\$387.019.

<u>Natureza da ação</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Adições (*)</u>	<u>Outras movimentações (**)</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>
Aduaneira	15.169	-	(6.538)	8.631
Cível	39.418	41.700	(11.939)	69.179
Trabalhista	77.600	19.416	(15.833)	81.183
Tributária	441.871	5.521	139.850	587.242
Outras	7.712	4.026	474	12.212
Total	581.770	70.663	106.014	758.447

(*) Referem-se a novos processos classificados com probabilidade de perda possível. Com relação aos processos cíveis, destacam-se duas ações judiciais que tratam da legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres. Quanto aos processos trabalhistas, as adições são relacionadas a diversas reclamações ajuizadas no período.

(**) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente. A principal movimentação do período é referente à atualização da contingência do Processo Ágio, cujo saldo de contingência em 31 de dezembro de 2019 era de R\$259.815 e em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$379.230.

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. Segundo o auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Companhia e sua controlada Numeral 80 impugnaram o auto de infração ao fundamento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. O valor da Autuação, para 31 de dezembro de 2021, é de R\$387.019 (R\$379.230 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 1 do Formulário de Referência.

Processo PIS / COFINS

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. A Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado é de R\$24.927 (R\$21.701 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 7 do Formulário de Referência.

Processo SINDESTIVA

O Sindicato dos Estivadores de Santos que propôs ação judicial contra a Companhia visando à cobrança de multa diária por um suposto descumprimento de uma decisão judicial proferida em 2016 pela Justiça Trabalhista do Guarujá. Segundo as alegações do Sindicato, a decisão judicial descumprida obrigou a Companhia a contratar, para o exercício das atividades de estivador, somente trabalhadores portuários vinculados ao Sindicato dos Estivadores. O valor inicial pretendido pelo Sindicato foi de R\$721.063 milhões, que representaria o valor da multa estipulada na decisão calculada de 2016 a 2021 (R\$20 mil por dia por trabalhador irregular). A Companhia apresentou defesa na primeira instância, sendo proferida decisão de mérito confirmando o descumprimento da decisão e fixando a multa no valor de R\$70 milhões. Em março de 2021 a Companhia interpôs recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ("TRT2") defendendo o não descumprimento da decisão judicial, visto que vem utilizando mão de obra portuária para o desempenho das atividades de estivador, nos termos da Lei 12.815 (Lei dos Portos). Em 28 de outubro de 2021, a 12ª Turma do TRT2 negou provimento ao recurso interposto pela Companhia. Em novembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração contra a decisão do TRT2, que até a presente data ainda não foram julgados. Segundo os assessores legais da Companhia, há chances possíveis de reversão da decisão desfavorável à Companhia perante o Tribunal Superior do Trabalho. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado era de R\$78.697.

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

Contratos	Controladora					Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:						
Tecon Santos	754.079	-	31.625	134.765	(51.815)	868.654
Tecon Imbituba	37.591	-	1.423	14.737	(4.840)	48.911
Saboó 42.000 m ²	1.720	9.551	1.356	-	(9.154)	3.473
Saboó 64.412 m ²	-	4.627	66	-	(2.998)	1.695
	<u>793.390</u>	<u>14.178</u>	<u>34.470</u>	<u>149.502</u>	<u>(68.807)</u>	<u>922.733</u>
MMC:						
Tecon Imbituba	384.291	-	11.603	128.514	(6.232)	518.176
TCG Imbituba	5.527	-	201	352	(602)	5.478
Saboó 42.000 m ²	410	1.632	232	-	(1.536)	738
Saboó 64.412 m ²	-	156	2	-	(87)	71
	<u>390.228</u>	<u>1.788</u>	<u>12.038</u>	<u>128.866</u>	<u>(8.457)</u>	<u>524.463</u>
Obrigações com poder concedente	<u>1.183.618</u>	<u>15.966</u>	<u>46.508</u>	<u>278.368</u>	<u>(77.264)</u>	<u>1.447.196</u>
(-) Circulante	(96.142)					(153.839)
Não circulante	1.087.476					1.293.357

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Contratos	Controladora					Saldo contábil 31.12.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:						
Tecon Santos	559.583	-	31.869	207.651	(45.024)	754.079
Tecon Imbituba	36.683	-	1.483	3.287	(3.862)	37.591
Saboó 42.000 m ²	-	4.279	2.016	-	(4.575)	1.720
	<u>596.266</u>	<u>4.279</u>	<u>35.368</u>	<u>210.938</u>	<u>(53.461)</u>	<u>793.390</u>
MMC:						
Tecon Imbituba	347.591	-	12.102	28.548	(3.950)	384.291
TCG Imbituba	5.783	-	211	293	(760)	5.527
Saboó 42.000 m ²	-	731	345	-	(666)	410
	<u>353.374</u>	<u>731</u>	<u>12.658</u>	<u>28.841</u>	<u>(5.376)</u>	<u>390.228</u>
Obrigações com poder concedente	<u>949.640</u>	<u>5.010</u>	<u>48.026</u>	<u>239.779</u>	<u>(58.837)</u>	<u>1.183.618</u>
(-) Circulante	(53.619)					(96.142)
Não circulante	896.021					1.087.476

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2021
Contratos						
Arrendamento:						
Tecon Santos	754.079	-	31.625	134.765	(51.815)	868.654
Tecon Imbituba	37.591	-	1.423	14.737	(4.840)	48.911
Saboó 42.000 m ²	1.720	9.551	1.356	-	(9.154)	3.473
Saboó 64.412 m ²	-	4.627	66	-	(2.998)	1.695
Tecon Vila do Conde	14.741	-	616	1.948	(1.546)	15.759
Terminal de Veículos/TEV	49.470	-	1.811	16.750	(5.851)	62.180
	<u>857.601</u>	<u>14.178</u>	<u>36.897</u>	<u>168.200</u>	<u>(76.204)</u>	<u>1.000.672</u>
MMC:						
Tecon Imbituba	384.291	-	11.603	128.514	(6.232)	518.176
TCG Imbituba	5.527	-	201	352	(602)	5.478
Saboó 42.000 m ²	410	1.632	232	-	(1.536)	738
Saboó 64.412 m ²	-	156	2	-	(87)	71
Tecon Vila do Conde	14.491	-	606	1.914	(1.520)	15.491
Terminal de Veículos/TEV	59.776	-	2.189	20.246	(7.071)	75.140
	<u>464.495</u>	<u>1.788</u>	<u>14.833</u>	<u>151.026</u>	<u>(17.048)</u>	<u>615.094</u>
Obrigações com poder concedente	<u>1.322.096</u>	<u>15.966</u>	<u>51.730</u>	<u>319.226</u>	<u>(93.252)</u>	<u>1.615.766</u>
(-) Circulante	(104.239)					(165.110)
Não circulante	1.217.857					1.450.656

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2020
Contratos						
Arrendamento:						
Tecon Santos	559.583	-	31.869	207.651	(45.024)	754.079
Tecon Imbituba	36.683	-	1.483	3.287	(3.862)	37.591
Saboó 42.000 m ²	-	4.279	2.016	-	(4.575)	1.720
Tecon Vila do Conde	11.483	-	641	3.873	(1.256)	14.741
Terminal de Veículos/TEV	47.186	-	1.873	5.066	(4.655)	49.470
	<u>654.935</u>	<u>4.279</u>	<u>37.882</u>	<u>219.877</u>	<u>(59.372)</u>	<u>857.601</u>
MMC:						
Tecon Imbituba	347.591	-	12.102	28.548	(3.950)	384.291
TCG Imbituba	5.783	-	211	293	(760)	5.527
Saboó 42.000 m ²	-	731	345	-	(666)	410
Tecon Vila do Conde	10.651	-	630	4.449	(1.239)	14.491
Terminal de Veículos/TEV	57.026	-	2.265	6.109	(5.624)	59.776
	<u>421.051</u>	<u>731</u>	<u>15.553</u>	<u>39.399</u>	<u>(12.239)</u>	<u>464.495</u>
Obrigações com poder concedente	<u>1.075.986</u>	<u>5.010</u>	<u>53.435</u>	<u>259.276</u>	<u>(71.611)</u>	<u>1.322.096</u>

<u>Contratos</u>	Consolidado					Saldo contábil 31.12.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
(-) Circulante	(60.139)					(104.239)
Não circulante	1.015.847					1.217.857

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Em 31 de dezembro de 2021, o compromisso com poder concedente não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato	Total
Tecon Santos	24.178	24.503	24.862	771.230	844.773
Tecon Imbituba	38.242	38.991	39.819	326.796	443.848
TCG Imbituba	426	439	453	3.418	4.736
	<u>62.846</u>	<u>63.933</u>	<u>65.134</u>	<u>1.101.444</u>	<u>1.293.357</u>

	Consolidado				
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato	Total
Tecon Santos	24.178	24.503	24.862	771.230	844.773
Tecon Imbituba	38.242	38.991	39.819	326.796	443.848
TCG Imbituba	426	439	453	3.418	4.736
Tecon Vila do Conde	2.259	2.326	2.399	22.066	29.050
Terminal de Veículos/TEV	9.240	9.423	9.625	99.961	128.249
	<u>74.345</u>	<u>75.682</u>	<u>77.158</u>	<u>1.223.471</u>	<u>1.450.656</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
TCG Imbituba	Junho/2007	Junho/2032
Saboó 42.000 m ²	Novembro/2021	Maio/2022
Saboó 64.412 m ²	Novembro/2021	Maio/2022
Tecon Vila do Conde	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos/TEV	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2021 a Abril/2022
Tecon Imbituba	Julho/2021 a Julho/2022
Saboó 42.000 m ²	Novembro/2021 a Julho/2022
Saboó 64.412 m ²	Novembro/2021 a Julho/2022
Tecon Vila do Conde	Julho/2021 a Julho/2022
Terminal de Veículos/TEV	Julho/2021 a Julho/2022
Itaqui IQI 03 - Maranhão	Agosto/2021 a Agosto/2022
Itaqui IQI 11 - Maranhão	Agosto/2021 a Agosto/2022
Itaqui IQI 12 - Maranhão	Agosto/2021 a Agosto/2022

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2021 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M, INPC e IPCA:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a) *	54,02	-	-
Tecon Santos (b) *	26,90	-	-
Tecon Imbituba (c)	137,20	-	-
TCG Imbituba (d)	-	3,33	-
TCG Imbituba (e)	-	7,37	-
TCG Imbituba (f)	-	4,44	-
Saboó 42.000 m ² (g)	-	3,04	-
Saboó 42.000 m ² (h)	-	-	15,19
Saboó 64.412 m ² (i)	-	4,59	-
Saboó 64.412 m ² (j)	3,48	-	-
Tecon Vila do Conde (k)	35,99	-	-
Tecon Vila do Conde (l)	7,20	-	-
Tecon Vila do Conde (m)	-	3,60	-
Terminal de Veículos/TEV (n)	-	-	25,97

* Contrato atualizado pelo IPCA a partir de 2021, conforme decisão da Advocacia Geral da União.

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.

- (g) Valor por tonelada de celulose movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (h) Valor por veículo movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (i) Valor por tonelada movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (j) Valor por contêiner movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (k) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (l) Valor devido por contêiner vazio.
- (m) Valor devido por tonelada.
- (n) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO

a) Arrendamento - Aluguéis

	Controladora			Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições / Baixas	Depreciação	
<u>Direito de uso (Ativo)</u>				
Santos Brasil Participações				
Imóvel	2.265	(60)	(532)	1.673
Total do ativo	<u>2.265</u>	<u>(60)</u>	<u>(532)</u>	<u>1.673</u>

	Controladora			Saldo contábil 31.12.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições / Baixas	Depreciação	
<u>Direito de uso (Ativo)</u>				
Santos Brasil Participações				
Imóvel	-	2.412	(147)	2.265
Total do ativo	<u>-</u>	<u>2.412</u>	<u>(147)</u>	<u>2.265</u>

	Consolidado			Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições / Baixas	Depreciação	
<u>Direito de uso (Ativo)</u>				
Santos Brasil Participações				
Imóvel	2.265	(60)	(532)	1.673
Santos Brasil Logística				
Imóvel	36.469	28.591	(7.590)	57.470
Tecon Vila do Conde				
Máquinas e equipamentos	876	8.406	(4.028)	5.254
Total do ativo	<u>39.610</u>	<u>36.937</u>	<u>(12.150)</u>	<u>64.397</u>

	Consolidado			Saldo contábil 31.12.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições / Baixas	Depreciação	
<u>Direito de uso (Ativo)</u>				
Santos Brasil Participações				
Imóvel	-	2.412	(147)	2.265
Santos Brasil Logística				
Imóvel	25.528	18.089	(7.148)	36.469
Tecon Vila do Conde				
Máquinas e equipamentos	4.379	-	(3.503)	876
Total do ativo	<u>29.907</u>	<u>20.501</u>	<u>(10.798)</u>	<u>39.610</u>

	Controladora					Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições / Baixas	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Participações (I)	2.270	(106)	111	46	(601)	1.720
Total do passivo	<u>2.270</u>	<u>(106)</u>	<u>111</u>	<u>46</u>	<u>(601)</u>	<u>1.720</u>
(-) Circulante	(536)					(394)
Não circulante	1.734					1.326

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

	Controladora					Saldo contábil 31.12.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Participações (I)	-	2.412	13	-	(155)	2.270
Total do passivo	<u>-</u>	<u>2.412</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>(155)</u>	<u>2.270</u>
(-) Circulante	-					(536)
Não circulante	-					1.734

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Arrendamentos (Passivo)	Consolidado					Saldo contábil 31.12.2021
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições / Baixas	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Santos Brasil Participações (I)	2.270	(106)	111	46	(601)	1.720
Santos Brasil Logística (II)	39.155	27.032	4.243	1.559	(10.017)	61.972
Tecon Vila do Conde (III)	932	8.406	370	-	(4.313)	5.395
Total do passivo	<u>42.357</u>	<u>35.332</u>	<u>4.724</u>	<u>1.605</u>	<u>(14.931)</u>	<u>69.087</u>
(-) Circulante	(8.587)					(11.271)
Não circulante	33.770					57.816

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Arrendamentos (Passivo)	Consolidado					Saldo contábil 31.12.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Santos Brasil Participações (I)	-	2.412	13	-	(155)	2.270
Santos Brasil Logística (II)	26.408	15.509	2.202	2.580	(7.544)	39.155
Tecon Vila do Conde (III)	4.497	-	185	-	(3.750)	932
Total do passivo	<u>30.905</u>	<u>17.921</u>	<u>2.400</u>	<u>2.580</u>	<u>(11.449)</u>	<u>42.357</u>
(-) Circulante	(8.830)					(8.587)
Não circulante	22.075					33.770

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

- (I) Em 09 de março de 2020, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de salas comerciais em Santos, que possui vencimento em 31 de janeiro de 2022, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a. Em agosto de 2021, a Companhia rescindiu contrato e devolveu as referidas salas comerciais.

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de salas comerciais em São Paulo da nova sede da Companhia, que possui vencimento em 19 de dezembro de 2025, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a.

- (II) Em 1º de janeiro de 2019, a controlada Santos Brasil Logística realizou a adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, referente ao aluguel do Centro de Distribuição - SBC, que possui vencimento em maio de 2024, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

Em 06 de julho de 2021, a controlada Santos Brasil Logística, assinou a renegociação do aluguel do Centro de Distribuição - SBC, que passa a ter vencimento em dezembro de 2028, utilizando a taxa de desconto de 7,48% a.a.

Em 20 de fevereiro de 2020, a controlada Santos Brasil Logística assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel do Centro de Distribuição - Imigrantes, que possui início de vigência em 1º de junho de 2020 e vencimento em 27 de maio de 2031, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a.

- (III) Em 1º de abril de 2019, a controlada Tecon Vila do Conde assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a., liquidado em março de 2021.

Em 08 de junho de 2021, a controlada Tecon Vila do Conde assinou acordo de arrendamento, referente renovação do aluguel do MHC, utilizando a taxa de desconto de 7,48% a.a., com vigência até abril de 2023.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de 5,91% e 7,48% ao ano (5,91% e 7,47% em 31 de dezembro de 2020), para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade das controladas.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora			
	2023	2024	2025	Total
Santos Brasil Participações	417	442	467	1.326

	Consolidado				
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato	Total
Santos Brasil Participações	417	442	467	-	1.326
Santos Brasil Logística	7.054	7.540	8.064	32.714	55.372
Tecon Vila do Conde	1.118	-	-	-	1.118
	<u>8.589</u>	<u>7.982</u>	<u>8.531</u>	<u>32.714</u>	<u>57.816</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora			
	31.12.2021		31.12.2020	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.920	1.720	2.583	2.270
PIS / COFINS potencial (9,25%)	178	159	239	210

Fluxo de caixa	Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	85.790	69.087	50.166	42.357
PIS / COFINS potencial (9,25%)	7.936	6.391	4.640	3.918

b) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Terminal de Veículos/TEV também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas, com vencimentos no circulante, os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, geraram despesas no montante de R\$328 (R\$334 em 31 de dezembro de 2020).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.12.2021	31.12.2020
Existentes no início do exercício	862.478.378	669.798.378
Emissão de ações	-	192.680.000
Opção de ações exercidas durante o exercício	352.174	-
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	<u>862.830.552</u>	<u>862.478.378</u>

Do total de ações em 31 de dezembro de 2021, 858.126.173 (858.115.812 em 31 de dezembro de 2020) encontravam-se em circulação, ou seja, 99,45% e 99,49%, respectivamente, do capital total (“*freefloat*”), sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Em 14 de setembro de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a realização de oferta pública de inicialmente 192.680.000 ações ordinárias, normativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em 24 de setembro de 2020, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração o preço por Ação de R\$4,10, o efetivo aumento de capital social da Companhia no âmbito de “Oferta Restrita”, no montante de R\$789.988, mediante a emissão de 192.680.000 ações ordinárias, bem como sua homologação, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição primária de Ações, nos termos da Instrução CVM nº 476 (“Oferta Restrita”). As ações objeto da Oferta Restrita foram negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão em 28 de setembro de 2020, sendo a liquidação física e financeira das Ações realizada em 29 de setembro de 2020.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$65.328 em 31 de dezembro de 2021 (R\$65.433 em 31 de dezembro de 2020) e do plano de incentivo atrelado a ações: *Performance Share*, no montante de R\$4.514 (R\$990 em 31 de dezembro de 2020) e *Matching* de ações, no montante de R\$2.283 (R\$1.180 em 31 de dezembro de 2020), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Até 31 de dezembro de 2021, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(3.614) (R\$(3.577) até 31 de dezembro de 2020).

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou custos de emissão complementar de ações referente às novas ações emitidas para Oferta Restrita, conforme nota explicativa nº 18.a), no montante de R\$(24.753).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital, tendo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$140.088 (R\$140.088 em 31 de dezembro de 2020).

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 - Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

Até 31 de dezembro de 2019, foram entregues 4.003.556 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$12.940.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram entregues 1.237.348 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações exercidas de *Performance Share*, gerando um resultado de R\$4.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram entregues 478.593 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações entregues de *Matching* de ações, gerando um resultado de R\$1.548.

A seguir, posição em 31 de dezembro de 2021 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	39.472	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	(5.719.497)	(18.488)				
Saldo Atual	<u>419.248</u>	<u>1.356</u>	2.696			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	%	<u>31.12.2021</u>
Lucro líquido do exercício		271.732
Constituição da reserva legal	5%	<u>(13.587)</u>
Lucro líquido ajustado (a)		<u>258.145</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	64.536
Remuneração aos acionistas		
Dividendos intermediários, adiantados no decorrer do exercício de 2021 (b)		126.764
Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2021 (c)		97.423
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (d)		(8.303)
Dividendos complementares propostos (e)		<u>33.958</u>
Remuneração líquida aos acionistas (b + c – d + e)		<u>249.842</u>
Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)	100%	<u>258.145</u>
Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos e creditados por classe de ação foram:		
Ações ordinárias		<u>215.884</u>
Quantidade de ações ordinárias		862.411.304
Valor unitário de dividendos por ação		0,299329680

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

19. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita bruta	1.183.216	635.346	1.768.418	1.087.107
Terminais Portuários	1.183.216	635.346	1.328.737	768.564
Operações Portuárias	645.125	303.152	728.962	379.216
Armazenagem Alfandegada	517.563	315.317	571.895	365.397
Carga Geral	20.528	16.877	27.880	23.951
Logística	-	-	350.764	268.475
Transportes	-	-	37.831	43.772
Armazenagem Alfandegada	-	-	261.151	181.882
Centro de Distribuição	-	-	42.683	33.142
Terminais Logísticos	-	-	9.099	9.679
Terminal de Veículos/TEV	-	-	88.917	50.068
Armazenagem Alfandegada	-	-	88.917	50.068
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(127.297)	(71.973)	(205.848)	(136.976)
Outras	(19.414)	(12.492)	(28.341)	(20.568)
Total	<u>1.036.505</u>	<u>550.881</u>	<u>1.534.229</u>	<u>929.563</u>

20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Mão de obra avulsa	(48.317)	(24.793)	(49.078)	(25.236)
Taxas - Companhias Docas	(12.481)	(9.770)	(15.685)	(14.218)
Energia elétrica	(12.957)	(9.054)	(14.973)	(11.455)
Combustíveis e lubrificantes	(29.212)	(16.849)	(45.016)	(28.488)
Fretes	(11.548)	(11.600)	(47.906)	(37.806)
Movimentação de veículos	-	-	(23.221)	(15.453)
Outros serviços e materiais	(2.632)	(2.767)	(17.071)	(11.663)
Despesas com pessoal	(326.177)	(257.787)	(428.978)	(350.285)
Consultoria, assessoria e auditoria	(29.085)	(20.379)	(31.196)	(22.449)
Outros serviços de terceirização	(29.722)	(23.680)	(42.895)	(35.513)
Manutenção operacional	(42.216)	(27.686)	(55.793)	(38.608)
Depreciação e amortização	(139.829)	(109.630)	(187.227)	(152.363)
Aluguéis / condomínios - áreas operacionais	-	-	(9.690)	(6.905)
Comissões sobre vendas de serviços	(21.882)	(17.937)	(95.606)	(80.423)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
Outras despesas	(32.203)	(19.858)	(80.540)	(51.713)
Total	<u>(760.836)</u>	<u>(566.577)</u>	<u>(1.168.377)</u>	<u>(897.028)</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(612.803)	(457.949)	(921.869)	(708.612)
Despesas com vendas	(37.924)	(22.704)	(117.534)	(89.698)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(87.534)	(71.137)	(105.472)	(84.268)
Total	<u>(760.836)</u>	<u>(566.577)</u>	<u>(1.168.377)</u>	<u>(897.028)</u>

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem (*)	2.030	2.527	2.030	2.527
Correção de depósitos judiciais (**)	4.550	7.897	4.560	7.921
Correção de crédito a recuperar - FUNDAP	-	-	8	20
Ganho na venda de ativos	312	56	911	2.656
Ganho na baixa de direito de uso	2	-	2	-
Receita com depósitos não identificados	841	601	1.850	1.318
Recuperação de energia elétrica	216	599	216	607
Recuperação de PIS / COFINS sobre ICMS	-	-	2.162	-
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	464	1.747	576	2.335
Reembolso de seguro	487	7.598	562	7.598
Ressarcimento de ocupação de berço	-	2.743	-	2.743
Outras receitas	357	595	1.209	2.038
Total	9.259	24.363	14.086	29.763
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(1.257)	(1.830)	(1.309)	(2.297)
Correção de provisões	(209)	155	(268)	108
ISS sobre vendas canceladas	(994)	(156)	(1.091)	(176)
Precatórios	-	-	(517)	(233)
Custo na venda de materiais de estoque	-	(39)	-	(169)
Total	(2.460)	(1.870)	(3.185)	(2.767)

(*) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica “correção de adiantamento para fundo de dragagem” em “Outras Receitas Operacionais”, a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na rubrica “Outras Receitas” no grupo de “Receitas Financeiras”.

(**) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica “correção de depósitos judiciais” em “Outras Receitas Operacionais”, a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na mesma rubrica, porém no grupo de “Receitas Financeiras”.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	39.373	5.597	47.388	9.046
Variações monetárias e cambiais ativas	-	-	2.150	932
Correção impostos a recuperar	673	521	1.036	551
Correção de depósitos judiciais (*)	9.038	121	9.076	142
Outras receitas (**)	1.199	397	1.781	774
Total	50.283	6.636	61.431	11.445

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(5.029)	(10.361)	(8.411)	(13.930)
Variações monetárias e cambiais passivas	-	-	(8.131)	(9.522)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(72)	(89)	(101)	(100)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(46.508)	(48.026)	(51.730)	(53.435)
Juros sobre arrendamento mercantil	(111)	(13)	(4.724)	(2.400)
Comissões e taxas financeiras	(3.554)	(3.608)	(3.633)	(3.680)
Outras despesas	(1.313)	(5.270)	(1.770)	(5.572)
Total	(56.587)	(67.367)	(78.500)	(88.639)

(*) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica “correção de depósitos judiciais” em “Outras Receitas Operacionais”, a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na mesma rubrica, porém no grupo de “Receitas Financeiras”.

(**) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica “correção de adiantamento para fundo de dragagem” em “Outras Receitas Operacionais”, a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na rubrica “Outras Receitas” no grupo de “Receitas Financeiras”.

23. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 - Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2021, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> exercidas	Quantidade de <i>units</i> vencidas / caducadas	Quantidade de <i>units</i> - saldo
Programas 2006 à 2015		<u>9.581.720</u>				<u>2.828.178</u>	<u>6.753.542</u>	-
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.828.178</u>	<u>6.753.542</u>	-

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	2.897.395			1,18	2.301.593	595.802	-
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	196.510	-
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		725.934	239.865	-
23/08/17 - Programa 2017	2,02	6.609.811			0,71	1.763.766	3.023.801	1.822.244
1º Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2º Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		409.675	882.473	911.122
3º Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		283.853	1.008.296	911.122
28/02/18 - Programa 2018	3,51	2.914.885			1,61	891.318	1.052.055	971.512
1º Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		221.123	264.749	485.756
2º Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		159.011	326.861	485.756
3º Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		511.184	460.445	-
19/02/19 - Programa 2019	4,39	1.143.048			1,52	194.578	73.806	874.664
1º Lote anual		381.016	19/02/20	19/02/23		97.289	36.903	246.824
2º Lote anual		381.016	19/02/21	19/02/24		97.289	36.903	246.824
3º Lote anual		381.016	19/02/22	19/02/25		-	-	381.016
Total das opções outorgadas		13.565.139				5.151.255	4.745.464	3.668.420

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$262 (R\$1.790 em 31 de dezembro de 2020).

Em 2020 foram exercidos parte dos programas de 2017, 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda e INSS, no montante de R\$266. Em 2021 foram exercidos parte dos programas de 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda e INSS, no montante de R\$367, ambos contabilizados em reservas de capital.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2021, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,87% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,42%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

- *Performance Shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos (“Período de Carência”), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão (“Data Inicial”). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Performance Shares* para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31	597.403	1.373.040	-
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		597.403	1.373.040	-
02/07/20 - Programa 2020	889.877		5,27	-	-	889.877
1º Lote anual	222.469	02/07/22		-	-	222.469
2º Lote anual	222.469	02/07/23		-	-	222.469
3º Lote anual	222.469	02/07/24		-	-	222.469
4º Lote anual	222.470	02/07/25		-	-	222.470
25/02/21 - Programa 2021	896.683		5,23	-	-	896.683
1º Lote anual	224.171	25/02/23		-	-	224.171
2º Lote anual	224.171	25/02/24		-	-	224.171
3º Lote anual	224.171	25/02/25		-	-	224.171
4º Lote anual	224.170	25/02/26		-	-	224.170
Total das ações outorgadas	3.757.003			597.403	1.373.040	1.786.560

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$3.524 (R\$(1.012) em 31 de dezembro de 2020).

Em 2020 foram exercidas 597.403 ações do programa de 2017, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$913, contabilizados em reservas de capital.

Das ações vigentes até 31 de dezembro de 2021, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,07% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,21%.

- **Matching de ações**

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), após 3 (três) anos (“Período de Carência”) da data de adesão, até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 903.896 ações ordinárias para o Programa de *Matching* de ações dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Matching* de ações para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência. Nesses programas, caso o beneficiário faça a adesão superior a 50% da outorga, receberá além de 1 (uma) ação ordinária, mais 0,5 (meio) ação complementar.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	903.896		2,31	200.774	703.122	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		200.774	703.122	-
28/02/18 - Programa 2018	615.369		3,71	277.678	337.691	-
- Lote Anual	615.369	3 anos		277.678	337.691	-
19/02/19 - Programa 2019	523.485		4,11	156.537	366.948	-
- Lote Anual	523.485	3 anos		156.537	366.948	-
02/07/20 - Programa 2020	646.880		5,27	539.179	107.701	-
1º Lote anual	161.720	2 anos		134.796	26.924	-
2º Lote anual	161.720	3 anos		134.795	26.925	-

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
3º Lote anual	161.720	4 anos		134.794	26.926	-
4º Lote anual	161.720	5 anos		134.794	26.926	-
25/02/21 - Programa 2021	651.828		5,23	-	-	651.828
1º Lote anual	162.957	2 anos		-	-	162.957
2º Lote anual	162.957	3 anos		-	-	162.957
3º Lote anual	162.957	4 anos		-	-	162.957
4º Lote anual	162.957	5 anos		-	-	162.957
Total das ações outorgadas	<u>3.341.458</u>			<u>1.174.168</u>	<u>1.515.462</u>	<u>651.828</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$1.463 (R\$626 em 31 de dezembro de 2020), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Até 31 de dezembro de 2021, foram realizadas adesões de 970.116 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,11%, as não aderidas, caso fossem totalmente aderidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,08%.

Em 2019 foram entregues 10.152 ações, referente à parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$23. Em 2021 foram entregues 193.900 ações, referente à parte do programa de 2017, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$360, sendo ambos contabilizados em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas de 0,02%.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	332.290	(30.344)	359.684	(17.663)
Exclusão de equivalência patrimonial	(56.125)	(23.590)	-	-
Lucro / (Prejuízo) antes da tributação ajustado	276.165	(53.934)	359.684	(17.663)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(93.873)	18.361	(122.268)	6.029
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(66.280)	12.944	(86.324)	4.239
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(27.593)	5.417	(35.944)	1.790
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	28.566	(1.834)	28.073	(2.399)
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	(1.338)	(737)	(1.338)	(737)
Plano de opção de compra de ações / Performance Share	(1.785)	(478)	(1.785)	(478)
Outras	(2.005)	(1.502)	(2.615)	(2.067)
Exclusões permanentes:				
Juros sobre capital próprio pago	33.124	-	33.124	-
Opções exercidas	539	883	539	883
Correção impostos - SELIC	31	-	148	-
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	2.223	56	2.843	372
Incentivos fiscais	2.223	56	2.843	372
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(63.084)	16.583	(91.352)	4.002
Alíquota efetiva	22,84%	30,75%	25,40%	22,66%
V - Ajustes extraordinários:	2.526	-	3.400	(100)
IRPJ e CSLL de exercício anterior	2.526	-	3.400	(100)
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V)	(60.558)	16.583	(87.952)	3.902
IRPJ e CSLL - correntes	(66.622)	(3.017)	(90.554)	(12.836)
IRPJ e CSLL - diferidos	6.064	19.600	2.602	16.738
Total	(60.558)	16.583	(87.952)	3.902

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora					
	31.12.2021			31.12.2020		
Ativo (passivo)	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.581	569	2.150	17.889	6.824	24.713
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	5.528	1.990	7.518	2.941	1.060	4.001
Provisão para contingências	28.869	10.393	39.262	27.489	9.896	37.385
Amortização do ágio	(16.107)	(5.798)	(21.905)	(16.728)	(6.022)	(22.750)
Depreciação	(41.321)	(14.875)	(56.196)	(39.197)	(14.111)	(53.308)
Perda por desvalorização de ativos	5.008	1.803	6.811	5.451	1.963	7.414
Obrigações com poder concedente	29.047	10.457	39.504	27.312	9.832	37.144
Outras	36.521	13.529	50.050	19.294	7.241	26.535
Perdas atuariais	(2.650)	(954)	(3.604)	7.350	2.644	9.994
Total	46.476	17.114	63.590	51.801	19.327	71.128
Ativo	46.476	17.114	63.590	51.801	19.327	71.128

Ativo (passivo)	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	6.767	2.436	9.203	27.935	10.440	38.375
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	5.743	2.068	7.811	3.063	1.104	4.167
Provisão para contingências	30.415	10.949	41.364	28.524	10.269	38.793
Amortização do ágio	(25.973)	(9.350)	(35.323)	(26.594)	(9.574)	(36.168)
Depreciação	(47.330)	(17.039)	(64.369)	(45.226)	(16.281)	(61.507)
Perda por desvalorização de ativos	5.008	1.803	6.811	5.451	1.963	7.414
Obrigações com poder concedente	32.861	11.830	44.691	30.947	11.140	42.087
Outras	40.883	15.101	55.984	21.982	8.211	30.193
Precatórios a receber	(1.634)	(590)	(2.224)	(1.473)	(532)	(2.005)
Perdas atuariais	(3.419)	(1.231)	(4.650)	9.621	3.462	13.083
Total	<u>43.321</u>	<u>15.977</u>	<u>59.298</u>	<u>54.230</u>	<u>20.202</u>	<u>74.432</u>
Ativo	<u>51.378</u>	<u>18.877</u>	<u>70.255</u>	<u>59.607</u>	<u>22.137</u>	<u>81.744</u>
Passivo	<u>(8.057)</u>	<u>(2.900)</u>	<u>(10.957)</u>	<u>(5.377)</u>	<u>(1.935)</u>	<u>(7.312)</u>

Até 31 de dezembro de 2021, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

25. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro / (prejuízo) do período	271.732	(13.761)
Média ponderada das ações	862.175.543	720.817.093
Resultado por ação básico	0,31517	(0,01909)

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2021	31.12.2020
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro / (prejuízo) do período	271.732	(13.761)
Média ponderada das ações	862.175.543	720.817.093
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	3.251.039	2.229.190
Resultado por ação diluído	0,31399	(0,01903)

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

26. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

<u>Hipóteses</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	5,33% a.a.	3,80% a.a.
Inflação Econômica	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Inflação Médica (“HCCTR”)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (“Aging Factor”)	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	36,95%	39,53%
<u>Outras hipóteses</u>		
Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho <u>Participantes Assistidos</u> Família Real	<u>Participantes Ativos</u> 72,81% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 4 anos mais novo e Feminino - 2 anos mais velho <u>Participantes Assistidos</u> Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	5.239	5.005	7.087	7.265
Perdas atuariais calculadas	18.191	53.192	24.329	69.229
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>23.430</u>	<u>58.197</u>	<u>31.416</u>	<u>76.494</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	58.197	52.291	76.494	67.593
Custo do serviço	1.230	2.518	1.813	3.875
Juros sobre a obrigação	4.136	3.660	5.440	4.730
Benefícios pagos no ano (-)	(127)	(1.173)	(166)	(1.340)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(40.006)	901	(52.165)	1.636
Saldo Final	<u>23.430</u>	<u>58.197</u>	<u>31.416</u>	<u>76.494</u>
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(40.006)	901	(52.165)	1.636
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	13.602	(306)	17.736	(556)
Equivalência sobre (Ganho) / Perda	(8.025)	485	-	-
Efeito no patrimônio líquido	<u>(34.429)</u>	<u>1.080</u>	<u>(34.429)</u>	<u>1.080</u>

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	25.763	65.065	34.331	85.738
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	21.484	52.362	27.864	68.600
Tábua de mortalidade -10%	24.777	62.410	33.498	81.993
Tábua de mortalidade +10%	22.223	54.656	28.914	71.821
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	32.137	69.439	41.412	91.666
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	21.268	43.303	28.953	56.399

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
		31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:									
Caixa e saldo em bancos	-	2.262	2.262	2.123	2.123	4.672	4.672	7.073	7.073
		<u>2.262</u>	<u>2.262</u>	<u>2.123</u>	<u>2.123</u>	<u>4.672</u>	<u>4.672</u>	<u>7.073</u>	<u>7.073</u>
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	150.596	150.596	89.899	89.899	209.989	209.989	130.883	130.883
Dividendos a receber	2	13.359	13.359	6.120	6.120	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	6.543	6.543	5.896	5.896
		<u>163.955</u>	<u>163.955</u>	<u>96.019</u>	<u>96.019</u>	<u>216.532</u>	<u>216.532</u>	<u>136.779</u>	<u>136.779</u>
Valor justo por meio do resultado:									
Aplicações Financeiras	2	607.055	607.055	458.223	458.223	818.668	818.668	636.788	636.788
Outras aplicações financeiras	2	241.296	241.296	426.598	426.598	241.296	241.296	426.598	426.598
		<u>848.351</u>	<u>848.351</u>	<u>884.821</u>	<u>884.821</u>	<u>1.059.964</u>	<u>1.059.964</u>	<u>1.063.386</u>	<u>1.063.386</u>
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	20.091	20.239	60.142	60.837	33.107	33.255	78.819	79.515
Debêntures	2	303.497	302.838	298.376	290.982	360.128	349.351	354.375	350.955
Fornecedores	2	79.416	79.416	54.097	54.097	115.146	115.146	82.843	82.843
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	111.140	111.140	18	18	111.140	111.140	18	18
Obrigações com poder concedente	2	1.447.196	1.605.321	1.183.618	1.534.007	1.615.766	1.812.659	1.322.096	1.723.487
Arrendamento mercantil	2	1.720	2.150	2.270	2.785	69.087	85.970	42.357	58.069
Precatórios a pagar*	2	-	-	-	-	5.234	5.234	4.717	4.717
		<u>1.963.060</u>	<u>2.121.104</u>	<u>1.598.521</u>	<u>1.942.726</u>	<u>2.309.608</u>	<u>2.512.755</u>	<u>1.885.225</u>	<u>2.299.604</u>

* Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, entre outros.

Na data-base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam, nenhuma operação de derivativo vigente.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com desvalorização em relação ao Real de 0,89% em relação a 31 de dezembro de 2020.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos circulantes denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos, portanto sem fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam contrato de derivativo vigente. Suas controladas possuem financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Companhia os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer risco de cobertura.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, a Administração adotou para o cenário provável da Companhia e de suas controladas a taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	6,32	12.228	-	3.057	6.114	(3.057)	(6.114)
Dívida líquida			12.228	-	3.057	6.114	(3.057)	(6.114)

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados IPCA, IGP-M e INPC. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	9,15%	607.055	55.546	69.432	83.318	41.659	27.773
Outras aplicações financeiras	CDI	9,15%	241.296	22.079	27.598	33.118	16.559	11.039

				Controladora				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	9,15%	20.091	1.838	2.298	2.757	1.379	919
Debêntures	CDI	9,15%	303.497	27.770	34.712	41.655	20.827	13.885
Obrigações com poder concedente	IGP-M	17,79%	567.087	100.885	126.106	151.328	75.664	50.443
Obrigações com poder concedente	IPCA	10,06%	868.654	87.386	109.233	131.080	65.540	43.693
Obrigações com poder concedente	INPC	10,16%	5.478	557	696	835	417	278
Arrendamento mercantil	IGP-M	17,79%	1.720	306	382	459	229	153
Dívida Líquida			<u>918.176</u>	<u>141.117</u>	<u>176.397</u>	<u>211.678</u>	<u>105.838</u>	<u>70.559</u>
				Consolidado				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	9,15%	818.668	74.908	93.635	112.362	56.181	37.454
Outras aplicações financeiras	CDI	9,15%	241.296	22.079	27.598	33.118	16.559	11.039
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	9,15%	20.091	1.838	2.298	2.757	1.379	919
Debêntures	CDI	9,15%	303.497	27.770	34.712	41.655	20.827	13.885
Obrigações com poder concedente	IPCA	10,06%	56.631	5.697	7.121	8.546	4.273	2.849
Obrigações com poder concedente	IGP-M	17,79%	735.657	130.874	163.592	196.311	98.155	65.437
Obrigações com poder concedente	IPCA	10,06%	868.654	87.386	109.233	131.080	65.540	43.693
Obrigações com poder concedente	INPC	10,16%	5.478	557	696	835	417	278
Arrendamento mercantil	IGP-M	17,79%	69.087	12.291	15.363	18.436	9.218	6.145
Dívida Líquida			<u>999.131</u>	<u>169.426</u>	<u>211.782</u>	<u>254.140</u>	<u>127.069</u>	<u>84.713</u>

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$22.976, representando 9,86% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2020, essa provisão era de R\$12.254, equivalente a 8,56%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	609.317	460.346	823.340	643.861
Outras aplicações financeiras	241.296	426.598	241.296	426.598
Contas a receber	150.596	89.899	209.989	130.883
Dividendos a receber	13.359	6.120	-	-
Precatórios a receber	-	-	6.543	5.896
Total	1.014.568	982.963	1.281.168	1.207.238

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora				
	Saldo contábil 31.12.2021	Fluxo de pagamento			
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	20.091	21.259	21.259	-	-
Debêntures	303.497	407.645	62.724	122.338	222.583
Fornecedores	79.416	79.416	64.395	15.021	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	111.140	111.140	111.140	-	-
Obrigações com poder concedente	1.447.196	2.094.510	196.092	211.620	211.620
Arrendamento mercantil	1.720	1.920	480	960	480
Total	1.963.060	2.715.890	456.090	349.939	434.683

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2021	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	33.107	34.885	27.207	7.678	-	-
Debêntures	360.128	489.510	71.000	138.899	239.061	40.550
Fornecedores	115.146	115.146	100.125	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	111.140	111.140	111.140	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.615.766	2.303.836	214.173	244.196	244.196	1.601.271
Arrendamento mercantil	69.087	85.789	15.401	22.927	21.322	26.139
Precatórios a pagar	5.234	5.234	-	5.234	-	-
Total	2.309.608	3.145.540	539.046	433.955	504.579	1.667.960

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital - WACC*").

A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Total dos passivos circulante e não circulante	2.164.965	1.795.500	2.565.089	2.132.054
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(850.613)	(886.944)	(1.064.636)	(1.070.459)
Dívida líquida	1.314.352	908.556	1.500.453	1.061.595
Total do patrimônio líquido	2.187.228	2.097.210	2.187.228	2.097.210
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,60092	0,43322	0,68601	0,50619

28. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	(294.334)	(244.789)	(335.192)	(264.286)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	60	(2.412)	(36.937)	(20.501)
Transações das atividades de investimentos	(294.274)	(247.201)	(372.129)	(284.787)

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2022
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2022
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil	40.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2022
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
<u>Filial - Saboó 01</u>			
SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	350	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Responsabilidade civil ampla CD Imigrantes	50.000	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Janeiro/2022
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Janeiro/2022
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2022
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Tecon Vila do Conde</u>			
SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2022
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2022
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Terminal de Veículos/TEV</u>			
SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2022
Responsabilidade civil - <i>POSI (Public Offering of Securities Insurance)</i>	60.000	R\$	Outubro/2025
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	2.621	R\$	Abril/2022

30. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$5.465 (R\$3.348 em 31 de dezembro de 2020), as quais não estavam contabilizadas nestas demonstrações financeiras.

31. RISCO SACADO

A Companhia e suas controladas mantêm convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com alguns fornecedores a operação de antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação, e a Companhia e suas controladas efetuam a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. A Companhia e suas controladas tinham em aberto, na rubrica "Fornecedores", em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$10.023 (R\$9.176 em 31 de dezembro de 2020).

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imituba, incluindo o TCG Imituba; (c) Tecon Vila do Conde; e (d) Terminal Sabóu cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas 1.a) e nº 1.d). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.b), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os exercícios a que se referem estas demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2021

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	1.333.161	356.997	88.917	-	(10.657)	1.768.418
Deduções da receita	(163.695)	(57.917)	(13.532)	-	955	(234.189)
Receita operacional líquida	1.169.466	299.080	75.385	-	(9.702)	1.534.229
Custo dos serviços prestados	(693.352)	(195.994)	(42.225)	-	9.702	(921.869)
Custos variáveis / fixos	(545.431)	(179.548)	(23.637)	-	9.702	(738.914)
Depreciação / amortização	(147.921)	(16.446)	(18.588)	-	-	(182.955)
Lucro bruto	476.114	103.086	33.160	-	-	612.360
Despesas operacionais	(103.395)	(82.649)	(4.761)	(44.802)	-	(235.607)
Despesas com vendas	(62.457)	(75.064)	(3.441)	-	-	(140.962)
Despesas gerais e administrativas	(44.621)	(11.410)	(1.230)	(44.013)	-	(101.274)
Depreciação / amortização	(266)	(74)	-	(3.932)	-	(4.272)
Outras	3.949	3.899	(90)	3.143	-	10.901
EBIT	372.719	20.437	28.399	(44.802)	-	376.753
Depreciação / amortização	148.187	16.520	18.588	3.932	-	187.227
EBITDA (LAJIDA)	520.906	36.957	46.987	(40.870)	-	563.980
Resultado financeiro	-	-	-	(17.069)	-	(17.069)
Equivalência patrimonial	-	-	-	56.126	(56.126)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	(87.952)	-	(87.952)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	271.732

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2020

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	770.349	277.643	50.068	-	(10.953)	1.087.107
Deduções da receita	(99.461)	(51.610)	(7.487)	-	1.014	(157.544)
Receita operacional líquida	670.888	226.033	42.581	-	(9.939)	929.563
Custo dos serviços prestados	(527.226)	(158.243)	(33.082)	-	9.939	(708.612)
Custos variáveis / fixos	(411.574)	(141.512)	(17.000)	-	9.939	(560.147)
Depreciação / amortização	(115.652)	(16.731)	(16.082)	-	-	(148.465)
Lucro bruto	143.662	67.790	9.499	-	-	220.951
Despesas operacionais	(50.211)	(68.573)	(3.333)	(39.303)	-	(161.420)
Despesas com vendas	(38.302)	(63.376)	(2.450)	-	-	(104.128)
Despesas gerais e administrativas	(32.870)	(7.272)	(963)	(39.285)	-	(80.390)
Depreciação / amortização	(239)	(78)	-	(3.581)	-	(3.898)
Outras	21.200	2.153	80	3.563	-	26.996
EBIT	93.451	(783)	6.166	(39.303)	-	59.531
Depreciação / amortização	115.891	16.809	16.082	3.581	-	152.363
EBITDA (LAJIDA)	209.342	16.026	22.248	(35.722)	-	211.894
Resultado financeiro	-	-	-	(77.194)	-	(77.194)
Equivalência patrimonial	-	-	-	23.590	(23.590)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	3.902	-	3.902
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(13.761)

Em 31 de dezembro de 2021 as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$341.337 (R\$98.204 em 31 de dezembro de 2020), equivalentes a 25,6% do total da receita bruta consolidada.

**Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2021**

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Capital empregado						
Ativo circulante	196.942	39.741	12.945	1.087.398	(2.807)	1.334.219
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	823.340	-	823.340
Outras aplicações financeiras	-	-	-	241.296	-	241.296
Outros	196.942	39.741	12.945	22.762	(2.807)	269.583
Ativo não circulante	2.767.384	191.566	244.456	651.839	(437.147)	3.418.098
Outros	312.241	6.246	28	103.830	-	422.345
Investimento	-	-	-	437.147	(437.147)	-
Imobilizado	82.487	144.925	1.017	35.863	-	264.292
Intangível	2.372.656	40.395	243.411	74.999	-	2.731.461
Passivo circulante	(146.597)	(40.466)	(4.954)	(15.500)	2.807	(204.710)
Fornecedores	(72.526)	(26.497)	(2.667)	(52)	1.617	(100.125)
Outros	(74.071)	(13.969)	(2.287)	(15.448)	1.190	(104.585)
Passivo não circulante	(115.117)	(7.706)	(377)	(16.535)	-	(139.735)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(35.028)	(7.706)	(377)	(112)	-	(43.223)
Outros	(65.068)	-	-	(16.423)	-	(81.491)
Total	2.702.612	183.135	252.070	1.707.202	(437.147)	4.407.872
Fontes de capital						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	358.100
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	70.579
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	111.140
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	165.110
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	11.271
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.862.544
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	322.656
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.450.656
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	57.816
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	31.416
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	2.187.228
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	2.178.202
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	9.026
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.407.872

**Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2020**

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	131.090	26.675	8.378	1.075.552	(2.579)	1.239.116
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	643.861	-	643.861
Outras aplicações financeiras	-	-	-	426.598	-	426.598
Outros	131.090	26.675	8.378	5.093	(2.579)	168.657
Ativo não circulante	2.367.288	170.539	225.475	631.523	(404.677)	2.990.148
Outros	297.978	6.273	27	112.053	-	416.331
Investimento	-	-	-	404.677	(404.677)	-
Imobilizado	73.473	123.672	682	36.308	-	234.135
Intangível	1.995.837	40.594	224.766	78.485	-	2.339.682
Passivo circulante	(91.336)	(31.700)	(3.011)	(6.654)	2.579	(130.122)
Fornecedores	(45.624)	(21.580)	(1.833)	(263)	1.478	(67.822)
Outros	(45.712)	(10.120)	(1.178)	(6.391)	1.101	(62.300)
Passivo não circulante	(107.822)	(6.514)	(117)	(13.320)	-	(127.773)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(34.965)	(6.514)	(117)	(112)	-	(41.708)
Outros	(57.836)	-	-	(13.208)	-	(71.044)
Total	2.299.220	159.000	230.725	1.687.101	(404.677)	3.971.369
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	166.264
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	53.420
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	18
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	104.239
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	8.587
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.707.895
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	379.774
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.217.857
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	33.770
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	76.494
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	2.097.210
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	2.122.613
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(25.403)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3.971.369

33. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 09 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programa de recompra de ações de emissão da Companhia (“Programa de Recompra”), que serão mantidas em tesouraria, a princípio, sem redução do capital social. O Programa de Recompra reforça a confiança da Companhia no valor justo de sua ação e tem por objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas.

O Programa de Recompra será limitado a 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia, em atendimento ao artigo 8º da Instrução CVM nº 567/2015, que estabelece o máximo de 10% de ações em tesouraria de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado, e terá prazo máximo de 18 meses, contados da sua aprovação. A ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Programa de Recompra, bem como as informações exigidas pelo Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480/2009, estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia e no sistema IPE.

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes (Independente)
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo (Independente)
Luiz Sergio Fisher de Castro (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luis Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador

Santos Brasil Participações S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

Em atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09

Conteúdo

Parecer do conselho fiscal

Declarações da diretoria

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04
NIRE 35300350057

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício, todos referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2021**. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação, com indicação de aprovação.

São Paulo, 09 de março de 2022.

Gilberto Braga
Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto
Membro do Conselho Fiscal

Luis Fernando Moran de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da **SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 09 de março de 2022.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e
Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores